



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**MÁRCIO FERREIRA DE ASSUNÇÃO  
SAULO CABRAL RANGEL  
WENDELL DA SILVA DAMASCENO**

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A  
COMERCIALIZAÇÃO CLANDESTINA DE MADEIRA NO  
CANAL DAS PEDRINHAS**

**Macapá - AP  
2009**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**MÁRCIO FERREIRA DE ASSUNÇÃO  
SAULO CABRAL RANGEL  
WENDELL DA SILVA DAMASCENO**

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A  
COMERCIALIZAÇÃO CLANDESTINA DE MADEIRA NO  
CANAL DAS PEDRINHAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, para o Curso de Ciências Sociais, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais, Sob orientação do Prof. Dr. Manoel de Jesus Souza Pinto.

**Macapá - AP  
2009**

**MÁRCIO FERREIRA DE ASSUNÇÃO  
SAULO CABRAL RANGEL  
WENDELL DA SILVA DAMASCENO**

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A  
COMERCIALIZAÇÃO CLANDESTINA DE MADEIRA NO  
CANAL DAS PEDRINHAS**

Macapá – AP.  
Avaliado em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Dr. Manoel de Jesus de Souza Pinto (Orientador)**  
**Professor Titular do Colegiado de Ciências Sociais da UNIFAP**

---

**Dr. Antonio Sergio Monteiro Filocreão**  
**Professor Titular do Colegiado de Ciências Sociais da UNIFAP**

---

**Esp. Raimundo de Lima Brito**  
**Professor Titular do Colegiado de Ciências Sociais da UNIFAP**

“Sendo produtos históricos da atividade humana, todos os universos socialmente construídos modificam-se, e a transformação é realizada pelas ações concretas dos seres humanos”

(P. Berger e T. Luckmann)

Dedicamos a todos aqueles que vislumbram um futuro melhor para a Amazônia, de forma mais significativa para todos os amazônidas, que fazem desta terra uma “pátria” *sui generis*, em particular aos extrativistas que exercem de forma racional a atividade madeireira. Em especial aos nossos pais que sempre nos apoiaram em nossa árdua trajetória acadêmica.

Agradecemos a Deus, a nossa família e aos amigos por todo o apoio e incentivo nos bons e maus momentos de nossas vidas, e de forma especial ao Prof<sup>o</sup>. Manoel Pinto, que não mediu esforços para nos orientar com competência e sabedoria na construção deste estudo, à comunidade do Canal das Pedrinhas, representados pela pessoa do Sr. Abel Soares Valente Filho e a todos aqueles que crêem em uma Amazônia livre dos impactos inseqüentes da ganância humana.

## RESUMO

O presente trabalho objetiva descrever e analisar a dinâmica de expansão e a importância da atividade madeireira na Amazônia, **tendo como principal objeto de estudo** o comércio madeireiro realizado no **Canal das Pedrinhas**, importante centro comercial de madeira da capital amapaense, e os seus reflexos, nos recursos naturais, nas relações de trabalho e nos impactos destes dentro da sociedade contemporânea. Fomentando acima de tudo um debate acerca do valor da natureza, baseado em pesquisa bibliográfica, análise de dados estatísticos, entrevistas realizadas com empreendedores e trabalhadores do ramo madeireiro e trabalho de campo realizado no município paraense de Breves. Os impactos conseqüentes da relação entre a humanidade e a Natureza, como o desflorestamento e os poucos possíveis benefícios que esta prática trouxe para os amazônidas, tornou-se um objeto de estudo global. A maioria dos trabalhos centraliza-se apenas na análise das dinâmicas de migração para região e a sua ocupação, sobretudo, a partir das políticas de desenvolvimento aplicadas pelo governo brasileiro; e os efeitos dessa relação sobre os ecossistemas. Porém, poucos trabalhos tiveram a preocupação com a indústria madeireira, devido ao desmatamento, em maioria, ser atribuído ao avanço da pecuária e da agricultura. Contudo, a **atividade madeireira** expandiu consideravelmente nas últimas décadas, principalmente no Estado do Pará. Assim, como em Breves, as serrarias tornaram-se uma principal fonte de renda, e a economia local passou, então, a girar em torno desta prática extrativista e sua manutenção tornou-se essencial para solidificar a sobrevivência digna do povo dessa região.

**Palavras-chave:** Atividade Madeireira; Impactos Socioambientais; Canal das Pedrinhas.

## ABSTRACT

This paper aims to describe and analyze the dynamics of expansion and the importance of logging in the Amazon, with the primary object of study is the timber trade made on the dyke of Pedrinhas, an important commercial timber capital of Amapá, and their reflections, natural resources, labor relations and the impact of these in contemporary society. Fostering and foremost a debate about the value of nature, based on literature, analysis of statistical data, interviews conducted with entrepreneurs and workers in the lumber and field work conducted in the city of Para Breves. The consequential impact of the relationship between humanity and nature, as deforestation and the few potential benefits that this practice brought to the Amazonians, became an object of study of global. Most work is centered on analysis of the dynamics of migration to the region and its occupation, especially from the development policies implemented by the Brazilian government, and the effects of this relationship on ecosystems. However, few studies were concerned with the timber industry, due to deforestation in most part, be attributed to the advancement of livestock and agriculture. However, logging has expanded considerably in recent decades, particularly in the State of Pará So, as in Breves, the mills have become a main source of income, and the local economy now, then, to turn around this practice extractive and its maintenance has become essential to solidify the dignified survival of the people of this region.

**Keywords:** Timber Activity; Social and Environmental Impacts; dyke of Pedrinhas.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Foto 1:</b> “Soldados da borracha” deslocando-se em busca do “ouro branco” da amazônia, durante o segundo ciclo da borracha.....	18
<b>Mapa 1:</b> Mapa delimitando o bairro das pedrinhas .....	22
<b>Figura 1:</b> Tipos de extração, formas de transporte de toras e madeira serrada e processamento de madeira no estado do amapá (adaptado de Barros e Uhl, 1997).34	
<b>Foto 2:</b> Prefeitura municipal de Breves. ....	38
<b>Foto 3:</b> Serrarias familiares as margens do rio Jaburuzinho, no município de Breves. ....	42
<b>Foto 4:</b> Estocagem das toras as margens do rio. ....	43
<b>Foto 5:</b> Tora de madeira descendo o rio.....	43
<b>Mapa 2:</b> Mapa que mostra a extensão do canal das pedrinhas.....	48
<b>Foto 6:</b> Embarcações fornecedoras de madeira para o canal. ....	49
<b>Foto 7:</b> Embarcação parada há mais de dez anos que se transformou em “residência” .....	50
<b>Foto 8:</b> Estrutura sendo construída às margens do canal sobre área aterrada.....	52
<b>Foto 9:</b> Residência em que pode ser vista área de banho e dejetos.....	52
<b>Foto 10:</b> Poluição no canal. ....	53
<b>Gráfico 1:</b> Gráfico referente aos que possuem carteira assinada. ....	56
<b>Gráfico 2:</b> Gráfico sobre a satisfação econômica dos trabalhadores. ....	56
<b>Gráfico 3:</b> Naturalidade. ....	58
<b>Gráfico 4:</b> Motivo da atuação na área. ....	58
<b>Gráfico 5:</b> Satisfação econômica.....	59
<b>Gráfico 6:</b> Modo de comercialização. ....	60
<b>Gráfico 7:</b> Opinião dos fornecedores sobre as fiscalizações.....	61
<b>Gráfico 8:</b> Opinião dos empreendedores. ....	61

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADA – Agência de Desenvolvimento da Amazônia  
ALCMS – Área de Livre Comércio de Macapá e Santana  
AP – Estado do Amapá  
BISA – Breves Industrial S/A  
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe  
CNUMAD – Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento  
DOF – Documento de Origem Florestal  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICOMI – Indústria e Comércio de Minérios S.A.  
IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia  
INPE – Instituto Nacional de Pesquisa Espacial  
INTEL – Indústria e Navegação Tell Aviv Ltda.  
MADENORTE – Madeiras do Norte S/A  
MAGEBRAS – Madeiras Gerais do Brasil Indústria e comércio Ltda.  
PA – Estado do Pará  
PAMAL – Parauahu Madeiras Importação e Exportação  
PNUMA – Programa das Nações Unidas Para Meio Ambiente (PNUMA)  
POCOF – Posto de Controle e fiscalização do IBAMA  
SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia  
SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

## SUMÁRIO

## INTRODUÇÃO

No que tange à exploração madeireira na Amazônia, fundamentado em Barros & Veríssimo (2002), essa prática ocorre há mais de trezentos anos, período em que estava associada, restritamente, às florestas de várzea. É, então, a partir da abertura de estradas na Amazônia que a exploração madeireira adota uma nova dinâmica; agora são as florestas de terra firme que passam, cada vez mais, a serem exploradas.

Inicialmente, essa era uma atividade que não causava grandes impactos à floresta em virtude dos madeireiros explorarem apenas um pequeno número de espécies com objetivo de suprir o mercado local. Entretanto, nas últimas décadas, a demanda por madeiras da Amazônia cresceu, principalmente, após a destruição da Mata Atlântica, que era a principal fonte de matéria-prima do Brasil. A velocidade da degradação da floresta na Amazônia e os protagonistas da destruição têm variado. Assim, as florestas nativas da Amazônia se tornam a principal fonte de madeira para o mercado nacional e, ultimamente cada vez mais, para o internacional.

Nesse contexto, a nossa problemática surgiu da necessidade de verificar questões relacionadas à legalidade da atividade do comércio madeireiro na Amazônia, em especial, na capital do Estado do Amapá, que é considerado o Estado mais preservado do Brasil, destacando o estudo sobre a região que engloba o Canal das Pedrinhas, área de grande fluxo comercial madeireiro na capital amapaense. A questão que iremos abordar se origina quanto à procedência e a comercialização da madeira extraída, impactando nas relações de trabalho e também desencadeando problemas sociais, levando em consideração a ação fiscalizadora dos órgãos de proteção ambiental e a ausência da aplicação rigorosa, a qual determina a legislação ambiental.

Sendo assim, pergunta-se: qual a procedência dessa madeira que é comercializada no canal das pedrinhas? Essa madeira é extraída de acordo com os preceitos estabelecidos por lei?

Diante de tais perguntas norteadoras se teve como objetivo geral Conhecer como se desenvolve o processo de extração da madeira comercializada no Canal das Pedrinhas, identificando seus atores sociais, bem como entender a maneira que se dá essa comercialização, de forma a compreender como se efetivam as relações de trabalho no âmbito da atividade madeireira.

Desta forma, ao se analisar a questão da atividade madeireira no Canal das Pedrinhas, no que concerne a sua legalidade, variadas ações podem ser atribuídas ao seu desenvolvimento e manutenção. Nesse contexto, uma das hipóteses básicas norteadoras do presente trabalho é que *essa atividade desenvolvida quase que, em sua totalidade é ilegal*, em virtude de haver uma grande problemática no contexto amazônico com relação à extração de madeira.

Nesse sentido, a questão da exploração madeireira na região amazônica vem gerando diversos debates dentro da sociedade brasileira, os quais estão relacionados, principalmente, aos diversos impactos gerados na região pela extração ilegal de madeira. Dentro de tais abordagens, procurou-se observar e mostrar como se desenvolve a atividade madeireira no Canal das Pedrinhas, localizado na zona sul de Macapá/AP, importante centro comercial de madeira da capital amapaense, de forma a compreender o funcionamento do mercado informal de madeira que se dá na referida localidade, identificando sua origem, bem como, seu destino final, atentando para questões sociais, ambientais e as relações de trabalho existentes entre empregado e patrão na referida área.

### **Procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento da pesquisa**

Os procedimentos metodológicos que sustentaram o desenvolvimento do presente trabalho e deram base para a efetivação da pesquisa de campo se fundamentaram em uma pesquisa, com levantamentos bibliográficos, observações

*in loco*, revisão de literatura, entrevistas, aplicação de questionários e pesquisa campo no município de Breves.

Inicialmente, a pesquisa se deu com leituras iniciais e levantamento de bibliografias, com intuito de obter um aprofundamento nos conhecimentos. Posteriormente, foram feitas observações da área foco conhecendo-se seu cotidiano e funcionamento para que posteriormente aplicássemos os questionários e fizéssemos entrevistas. A pesquisa foi desenvolvida no Canal das Pedrinhas nas três primeiras semanas do mês de maio de 2009, tendo em seu universo total 47 pessoas, distribuídas em: 15 comerciantes (revendedores de madeira); 10 fornecedores, (proprietários ou responsáveis das embarcações) que forneciam a madeira para os comerciantes; e 22 trabalhadores do setor madeireiro.

Posteriormente, no mês de julho de 2009 a pesquisa campo foi deslocada para o município de Breves/PA, em que entrevistamos pessoas que viviam em prol da atividade madeireira, funcionários do IBAMA/PA, e fizemos revisão bibliográfica de algumas questões, concernentes à questão madeireira no referido município, no Campus Universitário de Breves da Universidade Federal do Pará. Diante dessa conjuntura, foi desenvolvida a presente pesquisa.

No que se refere à composição do presente trabalho, este se encontra dividido em três capítulos, nos quais se procurou explanar os principais aspectos da dinâmica acerca da atividade madeireira.

No primeiro capítulo, denominado de “**Contextualização Histórica**”, é exposto como se estabeleceu a abertura da “fronteira” amazônica em nível nacional e “mundial” e a referida utilização deste espaço. Para tanto, fez-se uma abordagem histórica da ocupação humana na Amazônia, atentando para três formas distintas de ocupação, nas quais se percebeu conseqüências negativas, ao meio ambiente e as populações locais; além da introdução do sistema capitalista na região.

A posteriori fez-se uma contextualização histórica sobre a criação da área denominada de Canal das Pedrinhas. Concernente a esta questão, é importante frisar a dificuldade da obtenção de dados históricos a respeito desta localidade, tendo em vista que, em plena era tecnológica, a maior parte dos órgãos governamentais, não possuem arquivos informatizados, dificultando o acesso às

informações sendo submetidos ao bel-prazer e disposição de determinados servidores públicos. Ressaltando também, a não facilidade na aplicação dos questionários socioeconômicos, devido ao fato dos atores sociais envolvidos nessa atividade sentirem-se receosos com possíveis represálias em virtude de suas respostas.

No capítulo seguinte, “**Desenvolvimento Sustentável e a Comercialização Clandestina de Madeira no Canal das Pedrinhas**”, é explanado sobre processo o de desenvolvimento histórico das preocupações do homem com o meio ambiente; pressupostos históricos sobre a teoria da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, abordando suas principais implicações referentes à utilização dos recursos naturais de forma sustentável.

Discorre-se, ainda, sobre a maneira que se desenvolve a atividade madeireira na Amazônia, perpassando pela forma que a madeira é extraída, transportada e beneficiada pelos atores sociais envolvidos em tal processo. Ademais, é abordado sobre o caso específico do município de Breves (por ser o principal fornecedor de madeira para o município de Macapá, mais especificamente para o Canal das Pedrinhas, sentiu-se a necessidade de deslocar a pesquisa-campo, também, para esta localidade), no qual podemos observar os visíveis reflexos sociais da implementação da legislação ambiental.

Por fim, o terceiro capítulo: “**Canal das Pedrinhas: cotidiano, realidade e as relações de trabalho**” constitui-se de uma análise específica sobre a referida área destacando os principais aspectos que a tornaram como um dos principais pólos econômicos do município, evidenciando importantes características relacionados ao cotidiano, a realidade local, bem como as relações trabalhistas peculiares da região.

No mais, é apresentado o resultado da coleta dos dados obtidos em pesquisa de campo na referida área. Para tanto, o universo delimitado foi: os empreendedores, os funcionários e os barqueiros (fornecedores).

# 1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

## 1.1. Processo histórico de ocupação humana na Amazônia

Dentro do processo histórico de ocupação da Amazônia “pelo menos três dinâmicas distintas foram identificadas e determinadas: Ocupação Pré-colombiana; Ocupação e colonização européia; Nacionalização e institucionalização da ocupação” (LUI & MOLINA, 2009. não paginado). Estas, porém, tem se caracterizado, em sua maioria, pelo intensivo e progressivo saque do patrimônio natural, gerando uma herança sombria em detrimento de um modelo exploratório de ocupação.

Ao olhar ganancioso do materialismo econômico, a Amazônia sempre foi (e pode-se dizer que ainda é) uma fonte inesgotável de recursos lucrativos, como se esta fosse o “pote de ouro no fim do arco-íris”. Todavia, este olhar nem sempre esteve presente na história de ocupação deste território. Dentro de uma perspectiva etnológica da ocupação humana, mais especificamente dentro da concepção da Pré-história da Amazônia fundamentada em descobrimentos arqueológicos, percebemos que os primeiros povos<sup>1</sup> que aqui penetraram se estabeleceram de forma harmônica, concebendo um intenso processo de adaptação ecológica. Segundo Martin (2009) estes povos foram pouco a pouco se expandindo, ocupando os amplos espaços, se deparando com novas culturas<sup>2</sup> e, conseqüentemente,

---

<sup>1</sup> Sobre o processo de ocupação destes, pode-se identificar “as primeiras levas de caçadores-coletores nômades presentes nas várzeas e na terra firme desde o fim do Pleistoceno. Posteriormente, já no Holoceno, aparecem ocupações sedentárias ou semi-sedentárias de horticultores de raízes e conhecedores da manufatura de uma cerâmica simples, assentados principalmente nas terras baixas de várzea. A esse período pertencem os abundantes e extensos sambaquis fluviais que se encontram desde Manaus à costa do Pará e que apresentam estágios diversos de ocupação, a partir do quinto milênio a.C. com intensivo aproveitamento dos recursos marinhos. Num terceiro período que pode ter começado em torno do século 5 d.C. e chega até o contato europeu, formaram-se sociedades mais complexas e hierarquizadas com chefias ou cacicados” (MARTIN, 2009. não paginado).

<sup>2</sup> Segundo Edward Taylor, por cultura se entende como o “todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes, ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (TAYLOR, 1971 apud LARAIA, 1989. p. 25)

readaptando-se culturalmente a essas novas culturas e aos novos ambientes explorados.

Sendo assim, podemos perceber que nesse período a Amazônia já passa a ter seus recursos explorados pela ação humana. Contudo, segundo Lui & Molina (2009) seria improvável que essa utilização dos recursos naturais ameaçasse a sobrevivência do grupo, tendo em vista que não havia a concepção de apropriação dos recursos naturais em prol da incessante busca pelo lucro, e sim a prática da atividade de subsistência; da utilização dos recursos para o próprio consumo. É, então, a partir da chegada do europeu à floresta que a ocupação humana na Amazônia e a visão axiológica sobre a natureza se sobrepõem a uma nova dinâmica. Assim, a relação estabelecida pelos nativos para com a natureza passara a ser ignorada, tendo em vista que o colonizador não possuía a consciência do valor cultural do meio ambiente e muito menos a noção de esgotamento dos recursos naturais, inicia-se assim o processo exploratório das riquezas oriundas da floresta.

Através do olhar capitalista sobre a apropriação dos recursos naturais, pode-se observar a busca pelas “drogas do sertão” como uma das primeiras razões de ocupação e povoamento da Amazônia, em que, “à sua procura, milhares de pessoas internaram-se na floresta e os vilarejos foram surgindo às margens dos rios” (HECHT & COCKBURN, 1990<sup>3</sup>; DOMINGUES, 2001<sup>4</sup> apud LUI & MOLINA, 2009. não paginado). A partir de então, se tem o momento em que “os recursos da paisagem eram, pela primeira vez, definitivamente retirados da floresta amazônica.” (LUI & MOLINA, 2009. não paginado), e ainda em que famílias vão habitando as margens dos rios, valendo-se da agricultura, do extrativismo vegetal, da caça e pesca, adquirindo conhecimento empírico, e transmitindo-os (tradicionalmente) para gerações posteriores, sendo caracterizadas como populações ribeirinhas.

Esse modelo de ocupação foi posteriormente sucedido pelo intenso fluxo migratório do ciclo da borracha, onde várias famílias oriundas, principalmente, do nordeste migraram em direção a região amazônica para extrair o Látex, ocorrendo

---

<sup>3</sup> HECHT, S.; COCKBURN, A. **The Fate of the Forest**. Developers, Destroyers and Defenders of the Amazon. HarperCollins. New York, NY, USA, 1990.

<sup>4</sup> DOMINGUES, Â. For a better understanding of colonial domains: the creation of an information net during the Portuguese Empire at the end of the eighteenth century. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, 2001, vol.8 suppl, p.823-838.

um dos maiores e mais rápidos processos de desenvolvimento econômico já visto nesse país. Assim, “a pressão populacional, a busca por recursos naturais, a ascensão do modelo capitalista, o desenvolvimento tecnológico, o valor da terra, a expansão da fronteira agrícola e tantos outros fatores, imprimiram novas pressões à Amazônia” (Diegues, 1993; Margulis, 2003 apud LUI & MOLINA, 2009. não paginado). Logo, se pode perceber que esta pressão decorrente deste importante ciclo para o desenvolvimento da região amazônica trouxe graves conseqüências, as quais não se restringiram apenas a questão de crescimento do contingente populacional ou na intensiva exploração dos recursos naturais, mais que isso, implicou, também, no modo de vida tradicional, na concepção de subsistência que aos poucos vai sendo substituídas pela lógica de acumulação do capitalismo.



**Foto 1: “Soldados da borracha” deslocando-se em busca do “ouro branco” da Amazônia, durante o segundo ciclo da borracha.**

Fonte: Google (2009)

Contudo, após a concorrência da produção Inglesa de borracha no Sudeste Asiático (Malásia, Ceilão, Sumatra, Java e Cochinchina) este ciclo entra em declínio, “sendo reavido” somente no período da segunda guerra mundial em decorrência da ocupação japonesa da área de produção asiática. No entanto, apesar de toda a potencialidade regional, houve certo descaso para com a Amazônia, pois por algum tempo este território pertencia ao Brasil, mas não fazia parte do mesmo, devido não haver nenhuma política de integração desta região ao restante do país.

Surge então no governo Juscelino Kubistchek, através da abertura da rodovia Belém – Brasília, o início de uma política integracionista para Amazônia. Posteriormente, durante o regime militar surge o slogan “Integrar para não entregar”, ou seja, era necessário integrar a região amazônica ao restante do Brasil para não ter que entregá-la aos domínios internacionais. Segundo Francisco de Oliveira (2009) em seu texto intitulado “A Reconquista da Amazônia”<sup>5</sup>, esse “integrar para não entregar” apareceu no primeiro projeto RONDON, que era uma tentativa de substituir o trabalho dos “missionários” pelo trabalho dos técnicos, ou seja, milhares de universitários prestavam serviços assistencialistas para combater as mazelas das comunidades pobres do interior do Brasil. Mas, esse projeto de integração teve como alicerce principal os chamados Grandes Projetos para a Amazônia, estes eram empreendimentos subsidiados pelo Estado a fim de implantar autoritariamente enclaves capitalistas para o desenvolvimento amazônico. Alguns exemplos característicos desse período são: o Projeto Jarí, Projeto Trombetas, Ferro Carajás, Albrás, Alunorte, as rodovias Belém-Brasília, e a Transamazônica.

Essas políticas integracionistas foram grandes causadoras e incentivadoras de migração para a Amazônia com seu discurso de que havia um vazio demográfico nessa região (portanto quase não habitada) e precisava ser “preenchido”, por isso a criação dos chamados Grandes Projetos. Estes foram bastante incentivados com a doação de terras, isenções de impostos onde está inclusa a Zona Franca de Manaus (a qual atraiu significativamente um grande número de migrantes), que também contribuiu fortemente para o processo de povoamento. Contudo, isso vem gerar um grande impacto cultural nas comunidades locais que já ocupavam esta região, logo surgiram conflitos sociais como: migrante X populações locais; populações locais X empresários. Assim, aqueles que ainda viviam baseados de modo “harmonioso”, ou seja, de forma subsistente com a natureza, deparam-se com um novo tipo de sistema (o sistema capitalista), no qual a natureza passa a ser vista como mercadoria contrariando todo o pensamento tradicional que havia até então, impondo de maneira brusca uma mudança de hábitos.

---

<sup>5</sup> Texto presente na obra “Amazônia e a Crise da Modernização”, organizada por Maria Ângela D'Incão e Isolda Maciel da Silveira.

No que tange ao Amapá, também encontramos a perspectiva desta mesma realidade, considerada uma nova Amazônia, fascinante e pouca conhecida, que foi povoada e constituída por filhos de outras terras, como os nordestinos e nortistas, que aqui vinham em busca de empregos em decorrência, principalmente, da implantação da ICOME (Indústria, Comércio de Minérios S.A), da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) e do Projeto Jarí que acabaram povoando e multiplicando a população local. Dessa forma, o espaço geográfico amapaense ao longo do tempo passou a ser urbanizado, emergindo por sua vez, seus municípios como: Mazagão, Laranjal do Jarí, Santana e Macapá. Em se tratando, da capital amapaense, verificamos seu crescimento urbano eclodir com o surgimento de seus diversos bairros como: Pacoval, Trem, Buritizal, Beiril, Congós e muitos outros depois desses. Entre os bairros que surgiram posteriormente e ganharam grande destaque na sociedade macapaense, está o das Pedrinhas, caracterizado como um dos principais pólos da economia local, baseada na atividade do comércio madeireiro.

## **1.2. O processo de surgimento do Canal das Pedrinhas**

A área que compreende o Canal das Pedrinhas (conhecido como bairro das pedrinhas) diferentemente de outros bairros de Macapá, como Congós e Muca, que assim são conhecidos em alusão a personalidades locais, possui originalmente essa nomenclatura devido ao grande numero de pedras encontradas em sua topografia.

Inicialmente se tratava de uma área de matagal, que aos poucos foi se tornando habitável, passando por um intenso processo de transformações e entre estas está o aterramento, que sem possuir nenhuma estrutura de pavimentação, seu solo passou a ser composto por um terreno rochoso, sedimentar e argiloso, composição esta conhecida como piçarra. E, pela existência de pequenas pedras, o local ficou conhecido como Pedrinhas.

O início deste ciclo de transformações se deu por volta dos primeiros anos da década de 1980, o lugar ainda era ermo e possuía pouquíssimos habitantes, oriundos principalmente do Estado do Pará e vindos em sua maioria do município de

Breves. A princípio, estes habitantes esboçaram o exercício de atividade econômica baseada na agricultura, sendo mais tarde enfraquecida e substituída pela atividade madeireira, que se tornou o símbolo dessa região.

Entre os pioneiros na formação e composição da área das Pedrinhas esta a família Valente, chefiada pelo senhor Abel Soares Valente, hoje já falecido. Segundo seu filho, Abel Soares Valente Filho (2009)<sup>6</sup>, o pai teria não somente sido o primeiro morador da região, mas também o primeiro a iniciar a prática da atividade madeireira naquele local, e garante ainda que, o bairro foi criado e estruturado em função de tal atividade econômica.

O hoje chamado Canal das Pedrinhas, que na verdade é uma extensão do Canal do Beirol, compreendido pelo trecho que vai da rodovia JK até a sua desembocadura no leito do rio Amazonas, é o maior marco geográfico do local.

O Canal do Beirol tem início na Av: Ataíde Teive entre as Ruas Hildemar Maia e Professor Tostes, e deságua em uma bacia de acumulação com área de 10.800 m<sup>2</sup> e volume de 41.060 m<sup>3</sup>. Da bacia até o Rio Amazonas o Canal Passa a ser denominado Canal das Pedrinhas, sendo navegável nesse trecho. (GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ, 2005. p. 130).

É importante frisar que, anteriormente, este trecho era um pequeno igarapé. Segundo Milson Garcia Barros (2009)<sup>7</sup>, um dos primeiros comerciantes, foi por volta de 1985, na gestão do governador Aníbal Barcellos, que o canal recebeu um sistema de dragagem com objetivo de aumentar seu tamanho original, possibilitando o fluxo de embarcações de pequeno e médio porte, as quais, segundo Governo do Estado do Amapá, no relatório intitulado “Estudos e Diagnóstico Simplificado dos Sistemas de Drenagem (Macapá, Santana e Laranjal do Jarí)” de 2005, faziam o transporte fluvial de pessoas entre Macapá e outros municípios.

Destarte, segundo o relato de moradores, constatamos que estes crêem que o serviço de dragagem foi um marco que contribuiu para a decretação da criação do Bairro das Pedrinhas pelo então prefeito municipal de Macapá Murilo Pinheiro. Logo, apesar da criação do mesmo ter sido oficializado pela lei nº 236/85 da referida data citada e publicada em diário oficial de 16/07/1985. Verificamos que o Canal das

---

<sup>6</sup> Entrevista concedida aos autores deste no dia 12 de Maio de 2009.

<sup>7</sup> Entrevista concedida aos autores deste no dia 12 de Maio de 2009.



de Macapá, tendo em vista que esse serviço foi uma extensão do trabalho de drenagem total do canal do Beiol, pois “verifica-se que ele drena os bairros centro e trem, passando pelos bairros: Jardim Equatorial, Muca, Beiol, Buritizal, Santa Rita” (GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ, 2005. p. 131), desaguando na bacia de acumulação em que de acordo com as marés é drenada para o Rio Amazonas.

Desse modo, no próximo capítulo, apresentaremos um debate acerca do que já fora exposto sobre processo de ocupação humana, entendendo que a partir da intensificação da ação/pressão antrópica emerge uma conseqüente preocupação com a questão ambiental, perpassando pelas mais variadas teorias, como a da Sustentabilidade e a do Desenvolvimento Sustentável. Partindo dessas premissas, abordaremos os critérios que caracterizam as irregularidades de práticas extrativistas, em especial as do setor madeireiro, principal foco deste trabalho.

## **2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A COMERCIALIZAÇÃO CLANDESTINA DE MADEIRA NO CANAL DAS PEDRINHAS**

Depois de explanarmos como se deu a ocupação humana na Amazônia mostrando suas principais características e atentando para a concepção concernente aos processos históricos de ocupação, no que se refere à mentalidade de utilização e apropriação dos recursos naturais, bem como, a maneira que se deu o processo de ocupação e formação da área, objeto de análise, pretende-se explicar o processo de desenvolvimento histórico das preocupações do homem com o meio ambiente e suas principais implicações referentes à utilização dos recursos naturais de forma sustentável.

### **2.1. Início da preocupação com os impactos ambientais**

#### **2.1.1. Pressupostos teóricos**

Como já exposto, no decorrer da história o desenvolvimento humano sempre se confundiu com a história da natureza, já que

Desde o início da história dos homens, o convívio com o meio ambiente marcou a própria capacidade de sobrevivência da espécie, na medida em que dependia dos produtos coletados e da caça. Esta percepção da dependência ao meio em que viviam se configurou na deificação do meio ambiente e na adoração da mãe-natureza. (VIEIRA, 2009).

Dessa forma, o ser humano assumiu uma relação simbiótica com o ambiente, caracterizando uma relação “sustentável” com a natureza, apropriando-se do meio natural para uso próprio, em virtude de haver um sentimento de pertencimento deste com a natureza, como apresenta Vieira (2009) assumindo uma relação de harmonia mítico-religiosa com o ambiente em que viviam e a quem deveriam preservar e respeitar.

Contudo, o homem, em seu processo evolutivo, continuamente desenvolveu técnicas que viessem atender suas necessidades do dia-a-dia e assim, na medida em que desenvolviam suas tecnologias aumentavam sua interferência sobre a natureza e, conseqüentemente, a intensificação da apropriação dos recursos naturais.

A mão, com o braço, é o primeiro instrumento, a **primeira ferramenta** de que se serve o homem. Os músculos do braço são a força que golpeia ou lança. Mas pouco a pouco a maquina se exterioriza. A pedra servira primeiro por seu peso, por sua massa. Depois esta massa é fixada a um cabo, e temos o **machado**, o **martelo**. A **mão**, o primeiro instrumento do homem, lhe **serve** assim **para produzir outros** instrumentos, para modelar a matéria do homem com a natureza, isto é, contra o resto da matéria independente.

E quanto mais se aperfeiçoa esta matéria escravizada, tanto mais se estende o uso das ferramentas, dos instrumentos, e tanto mais aumenta também a força do homem frente à natureza, tanto mais **aumenta seu poder sobre a natureza**.<sup>9</sup> (PLEKHANOV, 1987. p. 33-34).

Por mais que se intensificassem a apropriação dos recursos naturais, tal fato não chegara a causar grandes ameaças ao equilíbrio natural, tendo em vista que havia a utilização da natureza pelo homem, mas não era de forma exacerbada. Entretanto, com o advento da 1ª Revolução industrial emprega-se uma nova dinâmica, em virtude desta, os recursos naturais ganham valor (econômico) ao serem transformados em mercadoria através do trabalho humano.

Agora, os recursos são extraídos de forma predatória e descontroladamente do meio ambiente, em que “os membros da sociedade fazem com que os produtos da natureza tomem formas adequadas às necessidades humanas” (MARX, 2009. p. 05). E é nesse contexto industrial e capitalista da utilização do meio ambiente que a natureza passa a ser, cada vez mais, degradada (na Primeira Revolução Industrial com o carvão mineral e a partir da Segunda Revolução Industrial com extração do ferro e outros metais).

Nesse contexto, no desenvolvimento da concepção capitalista, vão surgindo alguns questionamentos referentes à apropriação despreocupada e desmedida do meio ambiente. Desse modo, no final dos anos de 1960, surgem os chamados “movimentos verdes” e a questão ambiental passa, então, a ser incluída na pauta política de vários países, principalmente os industrializados, fundamentando-se nos

---

<sup>9</sup> Destaques feitos pelo próprio autor.

perigos que representavam o processo de contaminação, o iminente esgotamento dos recursos naturais do planeta e a explosão demográfica. No entanto, foi a partir de 1970, que os debates acerca dos impactos ambientais se intensificaram, um grande marco foi a publicação do relatório do Clube de Roma com o título de “Limites do Crescimento” que denunciava o risco do desequilíbrio ecológico, criticando os princípios econômicos que se reduzem apenas na produção e no consumo, ou seja, este relatório – também denominado de Relatório Meadows, por ser coordenado por Dennis L. Meadows – concluía que se a sociedade mundial permanecesse no mesmo ritmo de industrialização, poluição, produção de alimentos e redução de recursos naturais, em pouco tempo seria catastrófica a situação em nosso planeta.

Meadows propôs o congelamento do crescimento da população mundial, bem como do capital industrial, como alternativa para se alcançar tanto a estabilidade econômica quanto a ecológica. Por conseguinte, surge a tese do crescimento zero, que prega o limite do crescimento, estabelecendo metas, nas quais os países em desenvolvimento procurassem outros mecanismos para se desenvolver.

Todavia, este postulado do Clube de Roma, recebeu duras críticas dos economistas, principalmente os de formação marxista, que viam neste, uma retomada do pessimismo econômico, argumentavam ainda, que a preocupação com o meio ambiente fazia parte de uma estratégia para impedir o avanço e a independência econômica dos países em desenvolvimento. Outrossim, poucos economistas se destacavam, no que tange a visão global do problema ecológico, mas merece destaque a figura de Ignacy Sachs economista que ainda em meados de 1960, já se preocupava com esta temática e a partir da década de 1970, influenciou uma geração de economistas, através de seminários na *École Pratique des Hautes Études Sociales*, em Paris. Até então, a preocupação com a natureza limitava-se aos naturalistas e ao movimento hippie, e – após esses estudos iniciais - esboçou-se uma nova maneira de pensar e entender a relação do homem com o meio em que vive, esta preocupação culminou com a explosão de trabalhos acerca do assunto.

A realização da Conferencia Mundial Sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, em 1972, foi decisiva como instrumento de divulgação da relação do meio ambiente

com a economia, entendendo suas implicações em nível global e os efeitos sobre a qualidade de vida da população, sem distinção entre ricos e pobres. Esta conferência é considerada o ponto marcante e um dos mais importantes na luta pela conscientização do valor da natureza, posterior a ela surgiram intensos debates a este respeito, como o Relatório de Brundtland, que ampliou as discussões sobre desenvolvimento e meio ambiente com a inclusão de parâmetros como sustentabilidade; realizou-se também em 1992, no Rio de Janeiro, a Rio 92 ou Eco 92, Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), sua principal contribuição se deu na construção teórica acerca de desenvolvimento sustentável e da mundialização sobre a necessidade de administrar os recursos naturais; do mesmo modo pode-se mencionar a Conferência de Johannesburgo em 2002 ou Rio+10, que teve como objetivo avaliar as mudanças ocorridas, passados dez anos desde o encontro realizado no Rio de Janeiro.

E, assim, hoje podemos perceber os reflexos da preocupação com o meio ambiente, pois nos dias atuais é cada vez mais notória a intensificação dos debates concernentes a problemática socioambiental que incluem o homem como parte integrante da natureza e importante elemento para a sua manutenção.

### **2.1.2. Teorizando o desenvolvimento sustentável**

Desenvolvimento Sustentável é um conceito normativo que possui suas bases alicerçadas no termo teórico ecodesenvolvimento, que foi formulado, em 1973, Por Maurice Strong, então diretor do Programa das Nações Unidas Para Meio Ambiente (PNUMA), para caracterizar uma concepção alternativa de desenvolvimento. Segundo Strong,

O desenvolvimento e o meio ambiente não apenas se opõem, mas constituem dois aspectos diferentes do mesmo conceito. O que realmente está em jogo é a questão racional dos recursos, com o objetivo de melhorar o habitat global do homem e garantir uma qualidade de vida melhor para todos os seres humanos. Mais uma vez é o conceito de desenvolvimento o que, desta maneira, amplia-se e se faz realista; o crescimento é o fundamento necessário; qualidade, o princípio que orienta a distribuição de renda; a qualidade de vida, definida de uma maneira concreta para cada um dos grupos sociais urbanos e rurais, um objetivo da sociedade; o manejo do meio ambiente, um instrumento para realizar uma gestão racional dos

recursos naturais, controlando ao mesmo tempo o impacto do homem sobre a natureza.

A partir da concepção de Ignacy Sachs, o termo ecodesenvolvimento ganha uma preeminência nas suas qualificações conceituais, sob a ótica de alguns princípios básicos como:

- Satisfação das necessidades;
- Solidariedade com as gerações futuras;
- Participação da população envolvida;
- Preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral;
- Elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito às outras culturas;
- Programas de educação.

Assim, o conceito de Desenvolvimento Sustentável emergiu na década de 1980, como tentativa de analisar mais a fundo, a relação entre desenvolvimento e meio ambiente. Entre muitos conceitos elaborados, a principal definição, e mais usual, é atribuída ao relatório de Brundtland ou Nosso Futuro Comum, de acordo com o relatório, Desenvolvimento Sustentável seria “um processo de mudança no qual a exploração de recursos, e direcionamento de investimentos, a orientação do desenvolvimento metodológico e a mudança institucional acontecem em concordância com as necessidades presentes e futuras” (WCED, 1987. p. 09 apud FERNANDES & GUERRA, 2003. p. 81).

Logo, o conceito de Desenvolvimento Sustentável propõe uma nova ordem mundial, econômica e social, sugerindo uma análise crítica, mas acima de tudo, reflexiva da relação histórica entre o homem e a natureza. A sustentabilidade do desenvolvimento constitui um importante conceito dentro da questão ambiental, colocando politicamente a ecologia como um instrumento de planejamento, almejando novas perspectivas e conceitos de desenvolvimento e progresso, além disso, entendendo a diferença entre desenvolvimento e crescimento. Crescimento significa aumento em tamanho, volume acrescido por quantidade de materiais, já o

desenvolvimento significa melhorar, qualificar, ou seja, um prioriza a quantidade e outro a qualidade.

Conceitualmente, sustentabilidade vai além de um sistema político, porque recupera os valores humanos e a ética, destroçados pelos princípios da economia convencional, propondo novos e necessários modelos de desenvolvimento. A sustentabilidade política, econômica, social, tecnológica, científica, ética, jurídica, religiosa deve girar em torno da sustentabilidade ambiental, ecológica e da sustentabilidade da vida; tudo evidentemente a serviço da humanidade.

De acordo com a CEPAL, o Desenvolvimento Sustentável deve conduzir a uma harmonia dinâmica entre todas as formas de capital (humano, natural, físico, financeiro, institucional e social) que participam da construção do processo de desenvolvimento. Dentro de suas atribuições, o Desenvolvimento Sustentável, busca internacionalizar a problemática ambiental, disseminando o conhecimento sobre os danos que a sociedade moderna, industrial e consumista ocasiona ao meio natural, assumindo responsabilidades para corrigi-los.

Apesar de surgir com a proposta de aliar crescimento econômico com desenvolvimento ecológico, ante a toda devastação global dos recursos naturais, o Desenvolvimento Sustentável é alvo de muitas críticas por diversos seguimentos, que observam várias lacunas entre a sua teorização e a sua efetiva prática. O principal argumento dos críticos é que, enquanto os países industrializados, desenvolvidos economicamente, ficam com o propósito de elaborar e promulgar os pressupostos teóricos, a parte prática de aplicá-los fica a cargo dos países pobres ou em desenvolvimento, ou seja, as nações mais pobres e aquelas em desenvolvimento são consideradas responsáveis pela destruição da biosfera, enquanto que o consumismo exarcebado nos países ricos é uma condição necessária para fomentar o crescimento, em linhas gerais, é entendido que nações pobres e emergentes sustentam o desenvolvimento econômico das potências mundiais, consideradas elites dominantes.

Em meio às controvérsias, é necessário repensar e efetivar de forma igualitária a teoria do Desenvolvimento Sustentável, pois fazendo uma análise e uma releitura da perspectiva histórica, onde alguns fatores marcam e caracterizam o

processo de intervenção ao meio natural, faz-se necessário buscar alternativas para que possamos vislumbrar um futuro, onde a riqueza do patrimônio natural seja uma boa herança e não uma triste lembrança para a humanidade. Entre os fatores desta linha histórica, baseado em Lustosa, May & Vinha (2003), podemos citar três em especial.

1. O controle do fogo pela espécie humana é entendido como fato que inicia um novo padrão de interação com a natureza, adquirindo características próprias e distintas. Do ponto de vista ecológico, esta prática utilizada como técnica agroflorestal, não provoca nenhum desequilíbrio comprometedor do ecossistema, embora o modifique. Sendo assim, pode-se entender que um ecossistema em equilíbrio não quer dizer um ecossistema estático é um sistema dinâmico, que se modifica, ainda que paulatinamente, graças à interação entre as diversas espécies nele contido.
2. A invenção da agricultura há cerca de dez mil anos, fez o homem dar um enorme passo na diferenciação de seu modo de inserção na natureza, em relação aos outros animais. A prática da agricultura provoca uma modificação radical nos ecossistemas, contudo, apesar de haver essa mudança, tal prática não é necessariamente incompatível com a preservação do equilíbrio ambiental fundamental. É possível construir um ecossistema agrícola baseado em sistemas de produção que preservem certos mecanismos básicos de regulação ecológica, como diversidade biológica, reciclagem de nutrientes etc.
3. A Revolução Industrial marcou uma nova prática intervencionista do homem no meio natural, que passou a ser mais agressiva e, por conseguinte mais nociva. A partir desse momento o poder transformador dado pela multiplicidade funcional das máquinas, desencadeou em nome do progresso econômico, uma ação humana que já passa, então, a ameaçar o equilíbrio de ecossistemas, que antes pouco fora de fato intimidados com o risco eminente de desestabilidade ecológica.

Portanto, com essa nova operação humana sobre os recursos naturais do planeta cresceu o processo de intervenção drasticamente, comparada a outras

práticas, também trouxe consigo, além do progresso econômico, o progresso científico e o tecnológico, que podem atenuar as conseqüências negativas dessa macrointervenção, objetivando a eficiência ecológica no uso dos recursos, mesmo assim, acredita-se que seja quase impossível atingir a sustentabilidade sem uma mudança na lógica consumista predominante, estabilizando o consumo médio por pessoa no mundo.

Por isso, entende-se, segundo esta observação histórica, que o homem por seu instinto sempre se relacionou com o seu meio deixando suas marcas e o modificando, se tornando um processo inevitável. A discussão que se levanta é a de que se deva recondicionar esse processo a um patamar harmônico e é com esse objetivo que são elaboradas as mais variadas teorias, como a do Desenvolvimento Sustentável, fazendo com que o homem se recoloca como um ser pertencente a natureza e não como dono dela.

## **2.2. Exploração Madeireira na Amazônia**

Como já fora dito, a Amazônia sempre representou uma importante fonte de recursos minerais e biodiversidade. Nesse contexto, “a partir do século XVI até a metade do século XX, a exploração concentrou-se em produtos florestais não-madeireiros (castanha, borracha, raízes aromáticas, sementes oleaginosas etc.) e madeiras nobres” (VERÍSSIMO et al, 1999. p. 13).

Em relação à exploração madeireira na Amazônia segundo Barros & Veríssimo (2002) esta ocorre há mais de três séculos, em que se dava, inicialmente, com a extração de madeiras nobres que eram retiradas da natureza para, posteriormente, serem exportadas. Nesse período, “a atividade madeireira esteve restrita às florestas de várzea ao longo dos principais rios da Amazônia” (RANKIN, 1985 apud BARROS & VERÍSSIMO, 2002. p. 45).

Apesar de a atividade madeireira possuir mais de trezentos anos de exploração, até o século XIX a madeira não tinha uma importância significativa no comércio amazônico, sendo uma das últimas contribuintes para a renda das exportações. Todavia, a partir da segunda metade do século XX, o desenvolvimento

dessa atividade vem se intensificando, fato que segundo Barros & Veríssimo (2002) decorre principalmente pela abertura de estradas que integraram a Amazônia ao restante do Brasil (e conseqüentemente facilitou o escoamento da produção) e ao esgotamento do estoque madeireiro do sul e sudeste do país, tornando-se uma atividade de grande importância econômica para a região.

Segundo Veríssimo (1999), em 1976, a participação da Amazônia na produção de madeira em tora era de 4,5 milhões de metros cúbicos (14% do total da produção de madeira no Brasil), aumentando, no ano de 1987, para 24,6 milhões de metros cúbicos (54% do total do Brasil), e até 1998, a contribuição amazônica para o mercado nacional estava em 28 milhões de metros cúbicos (80% da produção total do Brasil), sendo que a maioria desta produção de madeira em tora estaria concentrada no Estado do Pará, em razão deste possuir um sistema de transporte (fluvial e rodoviário) e comunicação favoráveis. Com relação a dados mais hodiernos, em 2004, aproximadamente 3.100 empresas de processamento de madeira (serrarias, fábricas de compensado e laminado) processavam 24,5 milhões de metros cúbicos de toras; 64% deste contingente supriam o mercado interno e 36% da madeira processada era exportada para outros países (LENTINI et al. 2005).

Assim, conforme pode ser constatado houve uma redução do consumo de madeira em tora no intervalo compreendido entre 1998 e 2004, redução esta que variou de 28 milhões para 24,5 milhões de metros cúbicos (3,5 milhões de metros cúbicos a menos). Fato que segundo Lentini et al (2005) esta associada a três causas:

Primeiro, houve o acirramento da fiscalização por parte do IBAMA contra a exploração ilegal. Ao mesmo tempo, agravou-se a crise fundiária na Amazônia, o que levou ao cancelamento de centenas de planos de manejo a partir de 2003. Finalmente, houve a melhoria no rendimento industrial, ou seja, aumento da eficiência na conversão de toras em madeira processada – como madeira serrada, laminados, compensados e madeira beneficiada. (p. 1)

Mesmo com essa redução, a Amazônia Legal não perdeu seu posto na produção de madeira, sendo ainda o segundo maior produtor de madeira tropical do mundo. Ficando atrás da Indonésia, a qual possui consumo anual de madeira em tora superior a 30 milhões de metros cúbicos. Ainda, dentro da proporção de

produção de madeira em tora, o Pará é o principal Estado produtor com 45% do total produzido sendo seguido por Mato Grosso (33%) e Rondônia (15%).

Existem duas principais formas de extração madeireira na Amazônia (ver figura 3) que seriam:

- **A Exploração Madeireira nas Florestas de Terra Firme:** as florestas de terra firme se caracterizam por ter uma maior diversidade de espécies de valor madeireiro. Geralmente, essas espécies possuem maior densidade e em detrimento disto não flutuam (chamadas madeiras duras, que são mais valorizadas no mercado). Na extração deste tipo de madeira geralmente é utilizada a motosserra para a derrubada da árvore para que se possa levá-la até o local de processamento, transportada através de caminhão, onde será processada com a utilização da serra de fita, que geralmente é utilizada para o processamento deste tipo de madeira gerando um produto de melhor qualidade;
- **A Exploração Madeireira nas Florestas de Várzea:** As florestas de várzea são a vegetação típica do estuário amazônico, possuindo áreas úmidas que sofrem duas inundações diárias, uma vez que o nível do rio varia de acordo com as marés do Oceano Atlântico. “Nas várzeas amazônicas, a exploração madeireira é essencialmente manual desde os tempos coloniais. Mesmo na década de 90, na maioria dos casos (81%), a derrubada e a divisão das árvores ainda eram feitas com machado” (BARROS & VERÍSSIMO, 2002. p. 117), ainda hoje podemos observar a retirada manual das árvores pelos ribeirinhos. Quanto ao valor madeireiro, as florestas de várzea possuem uma diversidade menor de espécies do que as florestas de terra firme e são menos aceitas no mercado (é atribuído um menor valor econômico a estas). Após serem extraídas, o transporte das toras é feito de acordo com as marés, através de jangadas ou balsas. No que diz respeito ao seu processamento, dar-se substancialmente através da serra circular, uma serra de menor qualidade movida a óleo que apresenta menor qualidade no processamento final.

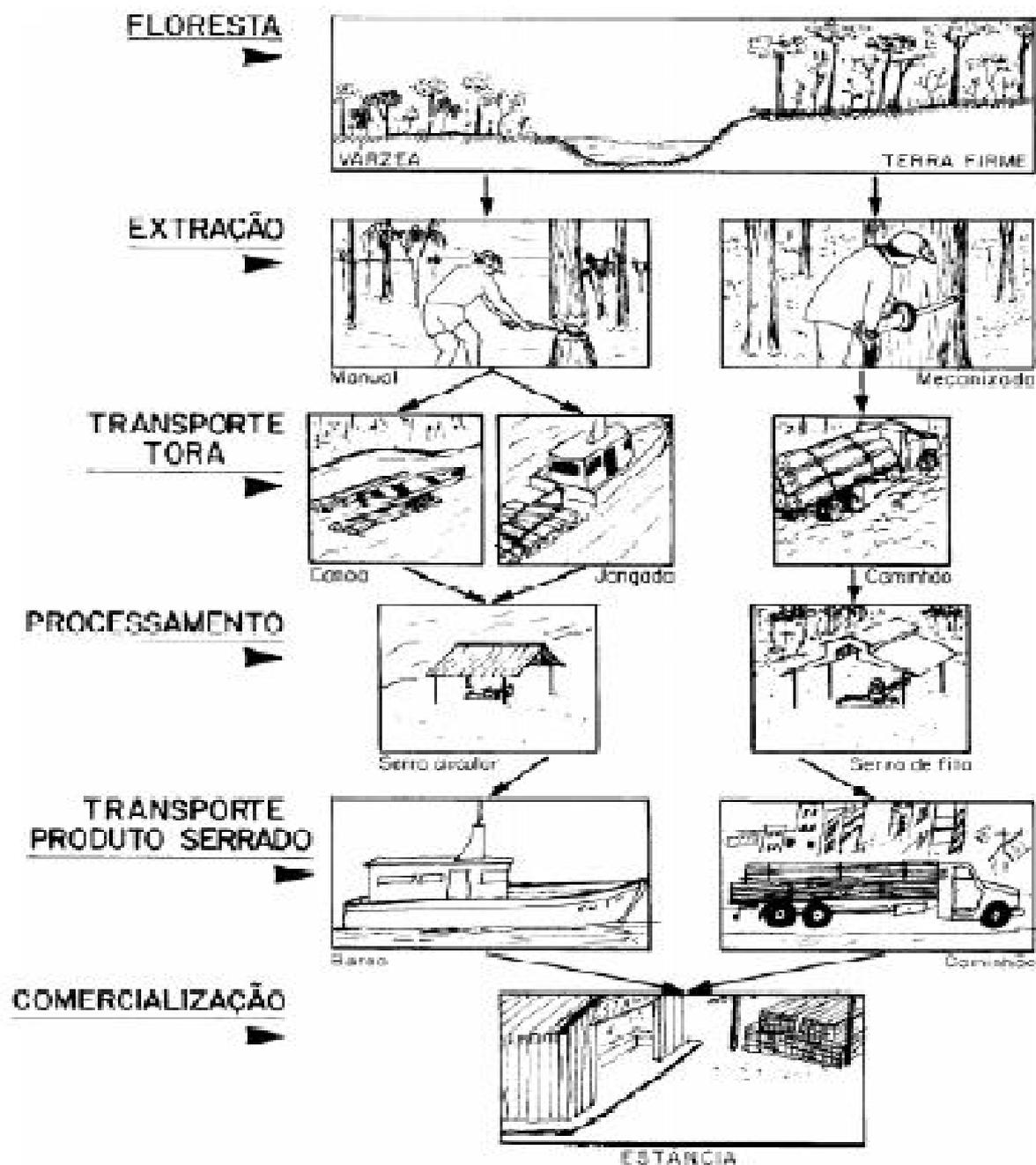


Figura 1: Tipos de extração, formas de transporte de toras e madeira serrada e processamento de madeira no Estado do Amapá (adaptado de Barros e Uhl, 1997).

Fonte: VERÍSSIMO et al, 1999. p. 31.

É importante frisar que o processamento feito por serra circular ocorre geralmente em pequenas serrarias familiares distribuídas às margens dos rios do estuário que se valem da mão-de-obra do ribeirinho para a extração da madeira. Já no caso da serra de fita, as serrarias são de porte médio, tendo maior disponibilidade de recursos e utilizando da mão de obra assalariada, em sua maioria.

Dentro dessa perspectiva, sabe-se como se deu e dá o processo de apropriação madeireiro pelo homem dentro do contexto amazônico. Porém, atualmente com mudanças da concepção humana sobre a apropriação da natureza, em que se prima o uso sustentável do meio ambiente, a exploração descontrolada da madeira, que em sua maioria são ilegais (89%), vem gerando diversos debates dentro das sociedades civil e política que se fundamentam nos preceitos já abordados sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.

A exploração madeireira praticada convencionalmente causa danos substanciais à floresta como: a perda da biodiversidade, o desmatamento e conseqüentemente a lixiviação (o empobrecimento do solo), o assoreamento dos rios, aquecimento global, entre outros. Daí surge à necessidade da criação de uma legislação ambiental, através da Lei de Crimes Ambientais<sup>10</sup>, que criminalize as práticas predatórias (infrações) ao meio ambiente e a criação de órgãos que controlem, e fiscalizem a exploração dos recursos naturais. O IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) entra nesse contexto como importante órgão de proteção do meio ambiente, ficando à sua responsabilidade a legalização de quem “estaria apto” a explorar a madeira, de forma a atender certas especificações em defesa do uso sustentável dos recursos naturais.

Para isso, faz-se necessário que o madeireiro tenha, primeiramente, o título de posse da terra, pois a partir do momento em que este puder comprovar que a terra utilizada lhe pertence, este poderá estar desenvolvendo um Projeto de Plano de Manejo Florestal para poder obter a certificação e se valer dos recursos naturais de forma sustentável. Assim, o plano de manejo será de fundamental importância para a efetivação da exploração madeireira. Mas, o que é o Plano de Manejo?

Segundo o IBAMA, o Plano de Manejo é um projeto dinâmico que determina o zoneamento de uma unidade de conservação, caracterizando cada uma de suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades. Estabelece desta forma, diretrizes básicas para o manejo da Unidade. Ele “deve conter informações sobre a área e características da floresta (fauna, flora, topografia, solo); técnicas de exploração, regeneração e crescimento das espécies comerciais; medidas de proteção das espécies não comerciais, nascentes e cursos

---

<sup>10</sup> Lei 9.605/98 e Dec. 3.179/99.

d'água; cronograma da exploração anual e uma projeção dos custos e benefícios do empreendimento” (AMARAL et al, 1998. p. 12).

Logo, há a necessidade de seguir tais preceitos para que se possam desenvolver suas atividades dentro da legislação ambiental nacional obtendo, desta forma, o Documento de Origem Florestal (DOF), o qual representa a licença obrigatória para o controle do transporte de produto e subproduto florestal de origem nativa. O DOF acompanhará, obrigatoriamente, o produto ou subproduto florestal nativo, da origem ao destino nele consignado, por meio de transporte individual: rodoviário, aéreo, ferroviário, fluvial ou marítimo.

O grande problema e questionamento que se faz em relação a tais preceitos é a burocracia utilizada, devido o Brasil, e principalmente a Amazônia, possuir uma grande dificuldade com relação à titulação de terras, na qual quase sua totalidade, está atrelada ao poder aquisitivo do proprietário, sendo a maioria das pessoas detentoras do título de posse, os próprios políticos, dificultando que um ribeirão embrenhado na mata possa seguir tais passos, para explorar sua madeira dentro das normas da lei.

Referindo-se tais preceitos expostos, percebe-se que,

Fazer projetos de manejo florestal é uma estratégia legal para retirar a madeira da Amazônia. Os projetos são realizados na maioria das vezes apenas burocraticamente no papel, mas raramente cumprem os objetivos propostos, e servem como instrumento legal para realizar a devastação das áreas. O que se sabe é que grande parte dos madeireiros não cumprem a legislação ambiental. (PICOLI, 2006. p. 169)

Assim, Segundo Fiorelo Picoli (2006), a grande problemática que os madeireiros se deparam no processo de efetivação do plano de manejo florestal decorre do fato deste gerar lucros em longo prazo. O que justificaria o não cumprimento da legislação ambiental, em virtude da lógica capitalista visar lucros imediatos.

Manejar florestas sempre dá lucros em longo prazo. O problema é que os projetos capitalistas historicamente, quando se trata de extração de árvores, querem o retorno imediato. Foi o que aconteceu com a floresta atlântica, ela foi praticamente exterminada no passado. Na Amazônia, hoje, não é diferente, pois o processo é muito mais agressivo, e existe a tecnologia presente representada pelas motosserras e tratores. Podemos observar os interesses da produção, usando técnicas mais agressivas para servir o mercado com produtos derivados de madeira. Se esses produtos servem aos interesses dos mercados nacional e internacional, então quem

determina a forma de exploração e a destruição da natureza é a lógica desse comércio. (PICOLI, 2006. p. 171)

### 2.2.1. O caso de Breves

Um ponto relevante neste trabalho foi a realização da pesquisa de campo no município de Breves/PA, na qual podemos observar *in loco* a importância que a atividade madeireira possui na determinada região. A necessidade de nosso deslocamento ao referido município deu-se em virtude deste ser o principal fornecedor de madeira para as estâncias e pequenas madeireiras situadas no entorno do Canal das Pedrinhas, fazendo-se necessário para compreensão do funcionamento desta dinâmica extrativista tão comum na Amazônia Legal Brasileira.

No desenrolar desta análise, concluímos o quão é importante o setor madeireiro no desenvolvimento e manutenção da economia amazônica. Historicamente, no processo de ocupação da Amazônia (ver o primeiro capítulo), os colonizadores europeus buscavam aqui - como em todo lugar – acumular riquezas como metais preciosos, porém acabaram encontrando outra preciosidade, que neste período existia em grande quantidade, o *Pau-brasil* (*Caesalpinia Echiata*), e que se tornou nosso primeiro recurso natural a ser saqueado, tanto que agora está quase esgotado e raramente é encontrado. Sequencialmente há a inserção do sistema de *Plantation*, uma forma de apropriação dos recursos naturais através dos latifúndios.

Na Amazônia sob o mito do *Eldorado*, que nada mais era do que uma estratégia de povoação, outras riquezas naturais passaram a serem exploradas, como as já citadas “*drogas do sertão*” e posteriormente a borracha. Conforme Ubiratan Rosário (2001) em sua monografia,

A borracha na região de Breves não teve destaque na BELLE ÉPOQUE de toda a Amazônia. Teve, porém na segunda fase de extração do produto amazônico, ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial, séc.XX que foi em termos amazônicos uma reativação do ciclo da borracha. (ROSÁRIO, 2001. p. 18)

Este ainda explana que mesmo com o pequeno destaque que o município tivera na segunda fase do ciclo da borracha, a única herança patrimonial proveniente

deste ciclo foi o prédio onde funciona hodiernamente a Prefeitura Municipal de Breves, conforme figura abaixo.



**Foto 2: Prefeitura Municipal de Breves.**

Fonte: Damasceno (2009)

Após o declínio do ciclo da borracha a madeira, então, passa a ser alvo da ação exploratória do homem. Especialmente no caso do município de Breves, foi a partir da década de 1920 que o extrativismo da madeira ganhou destaque e na década de 1970 passou a ser o principal alicerce de sua economia.

Na primeira metade do séc. XX, a intensidade do extrativismo de madeira deu a Breves o cognome de 'CELEIRO MUNDIAL DA MADEIRA'.<sup>11</sup> Até hoje é a madeira seu produto de exportação principal, acrescido do açaí e do palmito. A base de sua economia ainda repousa no extrativismo da madeira e no beneficiamento do palmito. (ROSÁRIO, 2001. p. 21)

O fato de o município ter sido um grande produtor de borracha fez com que este ciclo gerasse heranças para a exploração madeireira, como o modo de extração, a comercialização e até mesmo o modelo de exportação. Todavia, esta prática extrativista acarreta conseqüências maiores ao meio natural, pois na produção da borracha apenas o "leite da seringueira" (o látex) era extraído, enquanto que no caso da madeira é necessário a derrubada de uma árvore inteira.

Após a segunda grande guerra, alguns navios estrangeiros passaram a circular pelos rios da Amazônia, criando uma enorme expectativa para o comércio madeireiro. Em seguida com o favorecimento do governo brasileiro para entrada de

---

<sup>11</sup> Destaque atribuído pelo referido autor.

capital nacional e internacional, a economia regional ganha uma nova dinâmica, e assim, cria-se a SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que concedia incentivos fiscais sob a forma de isenção parcial e/ou total da cobrança do imposto de renda, obviamente tal medida beneficiou apenas os grandes donos do capital.

Um dos fatores que elevaram a região de Breves à categoria de grande pólo madeireiro foi a sua posição privilegiada, que se trata de um importante caminho fluvial da Amazônia, por onde navegam navios, barcos, balsas e embarcações menores, oriundos de Belém, Macapá, Manaus, Santarém e outras cidades vizinhas, bem como, também pela facilidade de escoamento da produção, pela acessibilidade positiva para destinos como Europa e América do Norte, via Oceano Atlântico.

Segundo o senhor José Ribeiro (2009)<sup>12</sup>, técnico ambiental e subchefe do POCOF (Posto de Controle e fiscalização do IBAMA em Breves), 80% da madeira comercializada no Canal das Pedrinhas é proveniente daquele município, especificamente de seus distritos, localizados as margens do Rio Jaburu e Jaburuzinho e ainda afirma que existem para mais de mil (1.000) serrarias familiares que atuam de forma irregular distribuídas em toda região do estuário. Logo, pode-se perceber que, assim como para Macapá, esta localidade (que compõe a região do Marajó) abastece madeiras para o comércio paraense, contudo, devido à intensificação das fiscalizações dos órgãos de proteção ambiental, esta atividade comercial tem entrado em declínio.

No seu auge, Breves fornecia madeira tanto para o mercado nacional quanto para o exterior e comportava milhares de trabalhadores, muitos desses eram pequenos agricultores que se tornaram os próprios extrativistas da madeira, primeiramente eram incentivados por seus patrões com a ilusória perspectiva de lucros maiores do que obtidos com a lavoura e outras vezes, como os extrativistas possuíam enormes dívidas com os patrões, devido o fornecimento de alimentos e outros utensílios, e sem outra opção eram obrigados a trabalhar cortando madeira no mato, para tentar sanar suas dívidas que cresciam cada vez mais e mais.

---

<sup>12</sup> Entrevista concedida aos autores deste no dia 21 de Julho de 2009.

O extrativismo da madeira foi tão intenso nessa região que atualmente, quase já não se tem o que explorar, pois com o afã do progresso econômico não houve a mínima preocupação com o reflorestamento e hoje só se pode colher as conseqüências desta prática. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – INPE, a Amazônia possuía cerca de quatro milhões de Km<sup>2</sup> de área verde e deste total 713.223 Km<sup>2</sup> encontram-se devastadas, e ainda, 43% desse nefasto número é localizado no Estado do Pará. Pesquisas realizadas em 1999 pelo IMAZON indicam que, nove entre dez toras retiradas da região eram ilegais, ou seja, 89% são ilegais, 10% são legais, mas com prática predatória, devido ao fato de cumprir o plano de manejo e apenas 1% é legal e não é considerada predatória, ainda segundo o instituto, este setor econômico corresponde a 15% do PIB regional.

No estudo específico de Breves, percebemos fortemente os reflexos do declínio da atividade madeireira, onde grandes empresas como: Breves Industrial S/A (BISA), Indústria e Navegação Tell Aviv Ltda. (INTEL), Lawton madeiras da Amazônia Ltda., Madeiras do Norte S/A (MADENORTE), que posteriormente foi denominada de Marajó Island Business Ltda., Madeiras Gerais do Brasil Indústria e comércio Ltda. (MAGEBRAS), Parauahu Madeiras Importação e Exportação (PAMAL), Madeireira Robco Ltda., Madeireira Mainardi entre outras - sem mencionar as empresas que não possuem registros (serrarias), que atuam de forma clandestina – não conseguiram se adequar aos padrões estipulados, principalmente pelo IBAMA e tiveram que deixar de exercer suas atividades dentro deste setor, acarretando em milhares de desempregados e gerando grandes impactos sociais.

Um subterfúgio utilizado pelas empresas para tentar “sobreviver” é mudar de nome para burlar o governo, livrando-se de dívidas, como ocorreu com a extinta MADENORTE S/A que trocou de nome e assim ficou isenta da dívida que tinha com a SUDAM<sup>13</sup>, que havia financiado a montagem de sua fábrica à margem da cidade de Breves.

---

<sup>13</sup> A SUDAM surge em substituição à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criada no governo de Getúlio Vargas em 1953, cujo objetivo também era o desenvolvimento da região amazônica. Em 24 de agosto de 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso, na medida provisória nº. 2.157-5 e instalada pelo decreto nº 4.125, de 13 de fevereiro de 2002, criou a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) e extinguiu SUDAM, devido às inúmeras denúncias de corrupção envolvendo a organização. Sendo que em agosto de 2003 o

Das dezenas de madeireiras que funcionavam ali, apenas SANGALI e R.E.K.A. Indústria e Comércio de Importação e Exportação ainda continuam normalmente exercendo suas atividades. José Ribeiro (2009) ratifica que esta situação é fruto de uma crise instaurada pelo governo brasileiro, que neste caso é: *“idealista e utópico, que imagina ser possível de uma hora para outra solucionar os impactos ambientais, no entanto, utiliza medidas paliativas que não resolvem o problema e ainda criam outros, como os sociais, gerando um verdadeiro caos”*.

E ainda segundo José Ribeiro (2009),

“O ribeirinho vai, monta uma serraria as margens do rio em que cerca de quatro famílias dependem diretamente da atividade desta, e cada família dessas tem digamos o pai, mãe e uns oito nove filhos. Ai a partir do momento em que o moleque der conta de carregar madeira já vai ajudar o pai na serraria, é ai que vemos casos de crianças sem um dois dedos na mão decorrentes dessa prática (...). Ai pra combater o desmatamento, a extração ilegal da madeira na Amazônia o governo sai mandando fechar tudo que é madeireira nas margens dos rios (que de alguma maneira é o que dá o sustento pra essas famílias) e ainda aplica uma multa altíssima que com certeza eles não terão como pagar então a saída é eles virem pra cidade. Ai quando chega aqui não tem emprego, não tem como a família se alimentar. O moleque de 15/16 anos vai roubar; a menina de 13/14 anos vai pra beira se prostituir e assim as coisas vão acontecendo e a violência na cidade só aumentando”. (PESQUISA DE CAMPO, 2009)

O que o representante do IBAMA nos relatou é bastante perceptível, principalmente, no que se refere à questão social, na realização desta pesquisa *in loco*, nos deparamos com uma sociedade problemática e caótica, repleta de infortúnios como: prostituição (principalmente infantil), menores de rua, tráfico de drogas, e apesar de ser um município pequeno, apresenta elevados índices de violência como assaltos que comumente ocorriam, até diurnamente, deixando uma população inteira receosa. Tais problemas sociais são entendidos como reflexos da enorme dependência financeira e social de um setor que antes empregava milhares e que hoje só comporta cerca de 25% deste contingente e já não pode dar resposta aos anseios de um povo, que nasceu, cresceu e vive em função da atividade madeireira.

### 2.2.1.1. As pequenas serrarias familiares

Percorrendo os meandros que compõe a região do Marajó, observamos facilmente as serrarias e micro-serrarias que se instalaram nas planícies às margens dos rios (conforme figura 3), espaço denominado de floresta de várzea. As florestas de várzea desta região são úmidas, sendo inundadas de acordo com o avanço das marés (influenciadas pelo movimento de revolução referente ao movimento da lua no entorno da terra), trata-se de um ecossistema rico e de vasta diversidade de recursos naturais que, porém, em relação ao setor madeireiro possui menor diversidade de espécies do que as chamadas florestas de terra firme. A rápida urbanização da população ribeirinha amazônica, como por exemplo, Belém e Macapá, criou uma forte demanda por madeiras de várzea, culminando na implantação de centenas de micro-serrarias, que davam suporte a esta necessidade.



**Foto 3: Serrarias familiares as margens do rio jaburuzinho, no município de Breves.**

Fonte: Damasceno (2009)

A exploração de madeira nessa região é feita de forma bem peculiar, o corte é efetuado, em geral, com machado e esporadicamente com motosserra, o arraste é realizado de forma manual, posteriormente se utiliza das enchentes para retirar as toras extraídas ou se constroem estivas que funcionam como trilhos de madeira por onde as toras são arrastadas até as margens do rio, em seguida estas são transportadas em jangadas ou em balsas até as serrarias e micro-serrarias. Sendo comum ainda vermos toras de madeiras em frente de algumas casas as margens

dos rios (conforme figura), em que esses ribeirinhos fazem a extração da madeira e estocam em frente suas casas para que posteriormente formem jangadas que são arrastadas por pequenas embarcações até as serrarias.



**Foto 4: Estocagem das toras as margens do rio.**

Fonte: Damasceno (2009)



**Foto 5: Tora de madeira descendo o rio.**

Fonte: Damasceno (2009)

As microsserrarias utilizam serras circulares de 40 e 50 polegadas, movidas por um gerador a diesel com uma grande e larga correia, que processam (serram) as toras, após o término desse processamento o produto serrado é transportado em pequenos barcos para o seu destino de venda, no caso desta pesquisa, as estâncias de Macapá localizadas no Canal das Pedrinhas.

Contrastando com o belo visual amazônico, composto por uma fauna e flora linda e exuberantes, está uma nebulosidade, que é resultado da queima do “cascalho” de madeira, ou seja, dos detritos oriundos do processo de serragem. Ao longo do trajeto fluvial, podemos perceber inúmeras nuvens de fumaça que podem ser vistas a muitos metros de distância. O grande número destas, remete-nos a reflexão para mensurar a enorme quantidade de micro-serrarias existentes nessa região ribeira (logo a imensa quantidade de poluentes que são jogados na atmosfera e o desmatamento causado tanto pela extração da madeira quanto a abertura de campos para a estruturação das serrarias), e que na maioria – para não dizer todas – não possuem registros oficiais, atuando assim, de forma clandestina, em se tratando de ilegalidade outro fator é preponderante para esta classificação, trata-se da irregularidade fundiária, ou seja, os extratores não obtêm o título de propriedade das áreas exploradas, também não exercem o plano de manejo florestal e, por conseguinte, não há possibilidade de adquirir o Documento de Origem Florestal (DOF), concedido e emitido pelo IBAMA, e que outorga a extração de produtos de origem da natureza, neste caso a madeira.

Mesmo sabendo da existência dessas inúmeras serrarias irregulares, o IBAMA pouco pode fazer, devido à localização delas, que se encontram, na maior parte, embrenhadas mata adentro, e também, ao menor sinal de fiscalização, os serradores desmontam os equipamentos e os escondem no mato, dificultando a constatação do flagrante da infração. Porém, quando se intensificam as ações fiscalizadoras, os trabalhadores que executam o processo de extração, serragem e transporte de madeira, praticam outras atividades, que outrora apenas complementavam o orçamento doméstico e que doravante passam a ser a principal fonte de renda, estas atividades podem ser: coleta de fruto, como o açaí, extração de palmito e a pesca.

Destarte, entender o setor madeireiro na Amazônia é entender a engrenagem que fomenta a economia de uma região, desde o pequeno extrativista até as grandes madeireiras, passando pelos barqueiros que transportam o produto processado (tábuas, esteios, flexal, pernambucas e etc.) e por fim chegando ao consumidor final. Este é um ciclo dinâmico que gira e gera economia, trazendo consigo benefícios e malefícios, dependendo do ângulo em que se analisa, sendo este estudo uma forma de debatê-lo, conforme sua importância.

### 2.3. Clandestinidade da atividade madeireira no Canal das Pedrinhas

As irregularidades no processo de comercialização de madeira no Canal das Pedrinhas tornam-se notório, tanto quanto as dificuldades de combatê-las, pois o comércio é ilegal devido, principalmente, ao processo de extração das toras, que não só é ilegítimo, como também devastador, no que tange a lógica ambiental. Porém, esses atos ilícitos só ocorrem porque há uma relação comercial que a fomenta, daí é que emerge toda problemática de combate a tal prática, pois se os órgãos fiscalizadores, como o IBAMA, atacarem quem fornece a madeira, pode gerar conflitos sociais e as mazelas, como as que já foram explicitados neste trabalho, relacionados ao caso de Breves, por outro lado, se quem vende for o alvo das fiscalizações, no caso as madeiras e estâncias (como as que se encontram localizadas no entorno do Canal das Pedrinhas), os extrativistas podem procurar outros mercados compradores, desta forma, não se eliminaria o problema, apenas o deslocaria para outro ponto.

Diante de toda essa conjuntura, o que se pode fazer é criar mecanismos que tornem positivo o ciclo madeireiro, desde a retirada da tora até a devida comercialização da madeira, já beneficiada, e é com esse objetivo que o Ministério Público do Amapá, juntamente com os demais órgãos ambientais, ultimamente vem se reunindo para elaborar um termo de cooperação técnica entre o nosso Estado e o vizinho Pará, para que haja uma concreta venda de madeira certificada, pois a Promotoria do Meio Ambiente do Amapá entende que essa problemática socioambiental é interregional, ou seja, começa num Estado e culmina em outro, e só uma ação conjunta poderá fazer frente a uma prática irregular que já ocorre há décadas.

Segundo Marinete Souza Pantoja<sup>14</sup>, chefe substituta da (DICO), Divisão de Controle e Fiscalização do IBAMA/AP, em pesquisa realizada em fevereiro de 2009,

“todas as madeiras situadas no entorno do Canal das Pedrinhas atuam de forma ilegal, no que tange a procedência da madeira comercializada (...) elas estão funcionando irregularmente devido a não regularização das terras de onde são extraídas as madeiras, principalmente as ilhas ribeirinhas do Pará, em que seus proprietários não possuem o título de

---

<sup>14</sup> Entrevista concedida aos autores deste no dia 20 de Fevereiro de 2009.

propriedade de terra, por isso não apresentam o plano de manejo, o que validaria tal prática extrativista”. (PESQUISA CAMPO, 2009)

Marinete ainda afirma que esta problemática de ilegalidade já ocorre por cerca de 40 anos. Dentro de tais decorrências, podemos perceber que uma possível solução para esta situação, é a regularização fundiária, porém esta é uma tarefa árdua devido à complexidade inclusa no chamado jogo de interesses relacionado a tal assunto, pois durante nossa análise dos empreendimentos madeireiros daquela localidade, percebemos a existência de estâncias que tinham como donos, entre outros, parentes próximos de políticos. Enquanto a regularização não ocorre, faz-se necessário uma fiscalização atuante que amenize esta ilegalidade, o que já vem ocorrendo desde 20 de janeiro de 2009 nos rios que servem de rota para o transporte do madeiramento.

Contudo, o IBAMA sente-se impotente e não atua de forma mais enérgica, cumprindo a rigor da lei, devido ao temor do impacto social que isso causaria, pois segundo o órgão, o fechamento das madeireiras acarretaria em um caos social, porque a relação de trabalho entre os extratores (ribeirinhos), barqueiros (que transportam e vendem o produto) e donos de estâncias deste local se dá de forma semi-exploratória, através de uma remuneração baixa e/ou insignificante, bem como através de simples troca de mercadoria por alimentos, roupas, entre outros<sup>15</sup>. Todavia, os ribeirinhos, que são a parte mais fraca dessa corrente de relação comercial, têm nesta atividade, mesmo que exploratória, uma “única” fonte de renda assegurada, e a ausência da mesma, causaria uma migração desordenada para áreas urbanas, culminando em um inchaço populacional e a todas as mazelas sociais que isto pode desencadear.

Portanto, entende-se que a legalidade desta prática necessita de três elementos essenciais: título de posse de terra > plano de manejo > DOF, caso não possua este tripé, o exercício do comércio madeireiro é caracterizado ilegal e neste caso segundo as informações que obtivemos podemos afirmar categoricamente que a atividade madeireira no Canal das Pedrinhas é irregular.

---

<sup>15</sup> Fato observado e comprovado durante pesquisa campo no município de Breves.

### **3. CANAL DAS PEDRINHAS: cotidiano, realidade e as relações de trabalho**

Com as fundamentações elucidadas nos capítulos anteriores, foi possível obter um aprofundamento sobre a questão da atividade madeireira na Amazônia e também esclarecer algumas dúvidas que se tinham a respeito de tal assunto. Assim, no que concerne à questão da atividade madeireira, pôde ser percebido sua importância dentro desta região, tendo implicações em cenários de ordem econômica, social e política.

Deste modo, a partir do conhecimento adquirido sobre tal atividade, o presente capítulo objetiva retratar a realidade social, ambiental e econômica do Canal das Pedrinhas através de dados obtidos em pesquisa-campo. A presente exposição de resultados decorre da efetivação da pesquisa proposta em nosso Projeto para a construção do presente trabalho. A pesquisa foi desenvolvida no Canal das Pedrinhas nas três (3) primeiras semanas do mês de maio de 2009, tendo em seu universo total 47 pessoas, distribuídas em: 15 comerciantes (revendedores de madeira); 10 fornecedores, (proprietários ou responsáveis das embarcações) que forneciam a madeira para os comerciantes; e 22 trabalhadores do setor madeireiro.<sup>16</sup>

#### **3.1. Visão geral acerca do canal das pedrinhas**

O Canal das Pedrinhas é localizado na zona sul de Macapá/AP e é uma extensão do Canal do Beiril, compreendido pelo trecho que vai da rodovia JK até a sua desembocadura no leito do rio Amazonas, a “grosso modo” pode ser caracterizado como sendo a parte navegável do Canal do Beiril, que antes era apenas um pequeno igarapé que sofreu alterações através de obras de infraestrutura. E é logo após receber tais melhorias que começa a ser habitado por

---

<sup>16</sup> Dentre estes estão inclusos somente aqueles que tinham relação direta com os comerciante/estancieiros, fora os que se valem do trabalho indireto.

peças oriundas de outros Estados e desenvolvendo-se localmente como importante pólo econômico, com um papel fundamental quando relacionado com o fornecimento de matéria prima para o desenvolvimento da construção civil da cidade de Macapá. (ver primeiro capítulo).



**Mapa 2: Mapa que mostra a extensão do canal das Pedrinhas.**

Fonte: Google Maps (2009)

Dessa forma, observa-se que o Canal das Pedrinhas teve, e pode-se dizer que ainda tem toda uma importância histórica, além disso, é importante frisar sua relevância dentro de uma conjuntura socioeconômica hodierna.

Assim sendo, cotidianamente essa área possui uma grande circulação de pessoas e o movimento neste local inicia cedo, nas primeiras horas da manhã, estendendo-se até por volta das 18h00min/18h30min, podendo-se encontrar um grande número de pessoas, entre moradores, proprietários de estâncias, funcionários, ambulantes e, sobretudo, compradores, pois centenas de pessoas, dos mais variados bairros da cidade, se dirigem até a região das Pedrinhas diariamente em busca de ótimas compras – devido à variedade de espécies de madeiras e ao grande número de estâncias – tornando o índice de concorrência comercial elevado,

onde alguns comerciantes já oferecem a comodidade da compra com o cartão de crédito. Até o fechamento da coleta de dados existia um total de 58 estabelecimentos madeireiros plenamente funcionando, destes 19 já efetuavam este tipo de negociação com sua clientela.

E ainda há um intenso fluxo de embarcações nas águas do canal, que aportam diariamente, de acordo com as marés, seja para embarque ou desembarque de pessoas (que vem ou vão para outros municípios) ou mercadorias (madeiras que chegam e utensílios domésticos que vão para o interior do Pará). Conforme observado na figura abaixo.



**Foto 6: Embarcações fornecedoras de madeira para o Canal.**  
Fonte: Damasceno (2009).

Uma questão importante que decorre desse fluxo de embarcações é o processo de migração entre a cidade de Macapá e os municípios do Pará, no qual pessoas vêm e se instalam aqui em busca de novas oportunidades de vida. Porém, o fato é que essas nem sempre “encontram” tais oportunidades e continuam a conviver em condições precárias de vida, a exemplo de uma família que vive em uma embarcação no canal há mais de dez anos, segundo relatos de moradores mais antigos.



**Foto 7: Embarcação parada há mais de dez anos que se transformou em “residência”.**  
Fonte: Damasceno (2009)

Em decorrência do intenso processo de migração, outro fato importante a ser debatido trata-se da ação antrópica sobre o canal, cada vez mais ribeirinhos que aportavam suas embarcações com o objetivo vender madeira para os comerciantes locais acabavam fazendo “puxados” às margens do canal para instalarem residências fixas. Por conseqüência, temos a poluição do canal e, por conseguinte, do Rio Amazonas, pois é ele quem recebe as águas do canal. Além disso, os dejetos sanitários, e muitas vezes o lixo diário, são constantemente depositados no rio, e ainda atrelado a tais “puxados” pode ser identificado um progressivo processo de assoreamento do canal, processo esse relacionado diretamente ao constante aterramento das margens do canal pelos migrantes, e ainda pela ação de muitos comerciantes ao “autorizarem” seus empregados a depositarem os resíduos da atividade no canal.

Além dos impactos ambientais, também há os problemas sociais, como percebemos nas construções de moradias, que em sua maioria são feitas de madeira e sobre um solo irregular (úmido) havendo um mínimo de conforto agravado pela precária infra-estrutura urbana que existe neste local. Conforme constatamos, a partir do comentário do Sr. Abel Soares Valente Filho (2009)<sup>17</sup>:

“Falta tudo por aqui, não tem um lugar pra lazer da comunidade, temos que sair daqui pra outro lugar, não tem posto de saúde, quando adoecemos é

<sup>17</sup> Entrevista concedida aos autores deste no dia 05 de Novembro de 2009

uma dificuldade pra ir pra outro bairro achar um; [...] escola até que tem o Raimunda Virgolino pros moradores do Araxá, Jardim Marco Zero, Beiril e nós daqui das Pedrinhas; [...] aqui é local muito perigoso e a polícia ninguém vê por aqui, a gente liga pra lá e eles nunca aparecem e quando vem o pior já aconteceu, um outro dia mataram um aí e a polícia nem apareceu.[...] A vida noturna aqui é o *bicho*, aqui atrás de casa tem um bar um tal de Balsa da Saudade que é muito movimentado, dá muita menininha lá se prostituindo. [...] O que a gente não pode reclamar aqui é da coleta de lixo, segunda, quarta e sexta não falha e água encanada também, 'nós temo'."

Partindo do desabafo, feito pelo líder comunitário, buscou-se examinar minuciosamente a estrutura social desta localidade, entendendo suas principais necessidades. Notou-se previamente que os problemas sociais são desencadeados inicialmente pelo inchaço populacional, porque se trata de uma região pequena que em contrapartida recebe constantemente a entrada de famílias desordenadamente, aumentando consideravelmente os níveis de desigualdade. Ao passo que são pessoas com poucas oportunidades, baixos níveis de escolaridade, aspirantes a uma vida melhor, o que nem sempre ocorre, segregando o indivíduo em quanto ser social. Juntamente com isso percebe-se que o local possui uma carência de planejamento, pois não se levou em conta a proporcionalidade de seu crescimento geográfico e populacional, ficando a desejar os anseios de seus moradores.

Levamos em consideração para esta prévia conclusão, o fato de ser averiguada a deficiência na rede de saúde e de educação, bem como a ineficácia da segurança pública, ultimamente os casos de violência estão em evidência, assaltos, assassinatos, estupro, prostituição infantil e tráfico de drogas ocorrem comumente e a polícia pouco faz pra intervir. Antes, segundo o próprio Abel, ocorriam rondas policiais à noite, mas hoje em dia já não mais, enquanto isso os moradores vivem temerosos, almejando dias melhores.



**Foto 8: Estrutura sendo construída às margens do canal sobre área aterrada.**  
Fonte: Damasceno (2009)



**Foto 9: Residência em que pode ser vista área de banho e dejetos.**  
Fonte: Damasceno (2009)



**Foto 10: Poluição no Canal.**

Fonte: Damasceno (2009)

### **3.2. Relação de trabalho**

Quando abordamos as relações trabalhistas, faz-se necessário rever o significado do trabalho, para analisá-lo de forma coerente, sendo assim, entendemos que este possui caráter plural e polissêmico exigindo conhecimento multidisciplinar. Como já fora comentado, o homem transforma a natureza através do trabalho, atuando nessa e criando, desta forma, valores. Nesse contexto Marx afirma que,

O processo de trabalho, que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 1989)

Logo, percebe-se que o trabalho é o elemento fundante do ser social, é ele que humaniza o ser humano. Segundo a concepção de Lukács<sup>18</sup>, “o trabalho ocupa lugar central para se entender a complexidade das relações sociais. Segundo o autor o trabalho possui caráter de mediador homem (sociedade) e natureza. Por isso, é o trabalho que permite o salto do ser meramente biológico para o ser social” (ORGANISTA, 2006. p. 127)

---

<sup>18</sup> LUKÁCS, G. “O trabalho”. Tradução de Ivo Tonet. Mimeografo. Extraído de *Per L’Ontologia Dell’Essere Sociale*, prefácio e tradução de Alberto Scarpont. Roma: 1981b, v.2.

Desta forma, o trabalho ocupa parte importante do espaço e do tempo em que se desenvolve a vida humana contemporânea, satisfazendo suas necessidades básicas, e também contribuindo como fonte de identificação e de auto-estima, desenvolvendo as potencialidades humanas, de alcançar sentimento de participação nos objetivos da sociedade. E apesar da ocorrência de algumas transformações e crises, não houve nas relações de trabalho uma verdadeira ruptura com o caráter capitalista do modo de produção e com seu complexo plano ideológico de fragmentação da subjetividade para facilitar a manutenção de seu projeto hegemônico. Tomamos como exemplo disso a apologia ao individualismo, o aumento do desemprego, da intensificação do trabalho e da precarização trabalhista nos mais variados setores da economia, como no setor madeireiro.

O homem e seu ambiente passam a não ter valor, em detrimento da astúcia de agregar valor a qualquer custo. A exploração do homem pelo próprio homem se transforma numa relação não de fetiche, mas um relacionamento de enganação, que vem acompanhado da falta de respeito e consciência aos semelhantes. Nessa relação se bestializa o homem para, num segundo momento, coisificá-lo, torná-lo ser sem importância. Por outro lado, se personifica a coisa, tornando-a mercadoria, a vedete da relação. (PICOLI, 2006. p. 162-163)

No caso do comércio do Canal das Pedrinhas, percebemos tais implicações, em relação à precarização do trabalho, de forma bastante explícita, porém, com particularidades específicas do local. Primeiramente, porque este comércio tem como alicerce principal a participação de migrantes, pois a maioria dos donos de estâncias e trabalhadores deste setor é oriunda principalmente do Pará, de localidades como: Breves, Afuá, Chaves, Anajás, Gurupá, Portel e etc. E a partir desta constatação, entendemos que as relações de trabalho se dão na forma de compadrio e de parentela, porque os marajoaras - nas devidas proporções - nascem, crescem e, muitas vezes, morrem desempenhando atividades relacionadas ao extrativismo, e quando há dificuldades de manutenção trabalhista, ocasionadas pelas crises econômicas, ocorre um êxodo das regiões ribeirinhas para a cidade, neste caso, para Macapá, este êxodo em sua maioria é fomentado pelos parentes, amigos e conhecidos que há muito deixaram sua “terra natal” e aqui procuraram estabelecer e prosperar na atividade madeireira e quando alcançam um relativo sucesso buscam ajudar os “conterrâneos” oferecendo oportunidades de emprego.

Todavia, a relação de trabalho não ocorre de forma apaziguadora, pois alguns estancieiros financiam a vinda de potenciais trabalhadores para compor sua equipe de “operários”, mas não de forma gratuita, os custos desta transação serão descontados da remuneração adquirida a partir dos dias trabalhados. Vale ressaltar que esta prática, além de conveniente, é bastante compensatória para os estancieiros, tendo em vista que estes conseguem manter um baixo valor da mão-de-obra e em contrapartida contribui para a potencialização de seus lucros, e diante dessa conjuntura é pouco perceptível a presença de trabalhadores amapaenses. Dentro de tais abordagens, serão analisadas algumas questões concernentes aos dados obtidos em pesquisa de campo sobre os trabalhadores do Canal das Pedrinhas.

Analisando os dados obtidos durante a pesquisa realizada no Canal das Pedrinhas, pôde ser percebido que ali trabalham pessoas com faixa etária variando de 16 a 56 anos de idade, sendo que em sua maioria (45%) são trabalhadores de idade que gira em torno de 19 a 30 anos. E ainda com relação aos trabalhadores entrevistados foi perceptível que sua maioria eram oriundos do município de Breves (59%) e 68% do total de entrevistados possuíam apenas o Ensino Fundamental Incompleto<sup>19</sup> e 14% não eram escolarizados.

Uma questão observada na pesquisa que chamou bastante atenção foi o fato de apenas 1 (simbolizando 5%), dentre os 22 trabalhadores entrevistados, possuir carteira assinada. O que foi bastante discordante com as respostas dos patrões, os quais, quase em sua totalidade, informavam que seus funcionários possuíam carteira assinada (essas respostas se davam por receio que tal pesquisa proporcionasse alguma repressão por órgãos competentes).

**Tabela 1: Trabalhadores que possuem carteira assinada**

<b>CARTEIRA ASSINADA</b>	<b>Nº DE ENTREVISTADOS</b>
Sim	1
Não	21

---

<sup>19</sup> Fato que está geralmente atrelado à falta de oferta do Ensino Médio no interior dos pequenos municípios



**Gráfico 1: Gráfico referente aos que possuem carteira assinada.**

Quando indagados se possuíam salário fixo, 95% informaram que não, tendo-se apenas um (o mesmo que possui carteira assinada) possuidor de tal benefício. No que concerne aos salários, observamos que o método de pagamento que rege os trabalhadores do Canal é através de diária, sendo esta variante de R\$ 20,00 a R\$ 30,00, sendo mais comum o pagamento da diária de 25 reais. E quando perguntados se estavam satisfeitos economicamente com os valores recebidos 63% responderam que sim, conforme pode ser observado na tabela e gráfico.

**Tabela 2: Trabalhadores satisfeitos economicamente.**

SATISFAÇÃO ECONOMICA	Nº DE ENTREVISTADOS
Sim	14
Não	3
Razoavelmente	5



**Gráfico 2: Gráfico sobre a satisfação econômica dos trabalhadores.**

Assim, percebe-se que esta satisfação se dá em virtude de serem, em sua maioria, pessoas com pouca perspectiva que migram (se aventuram) para cidade em busca de novas oportunidades e, em muitas vezes, esses chegam a receber valores irrisórios, abaixo de suas pretensões, mas que devido ao grande exército de reserva, acabam se submetendo às condições que os donos de estâncias lhes impõem, satisfazendo-se parcialmente pelo fato de estarem empregados.

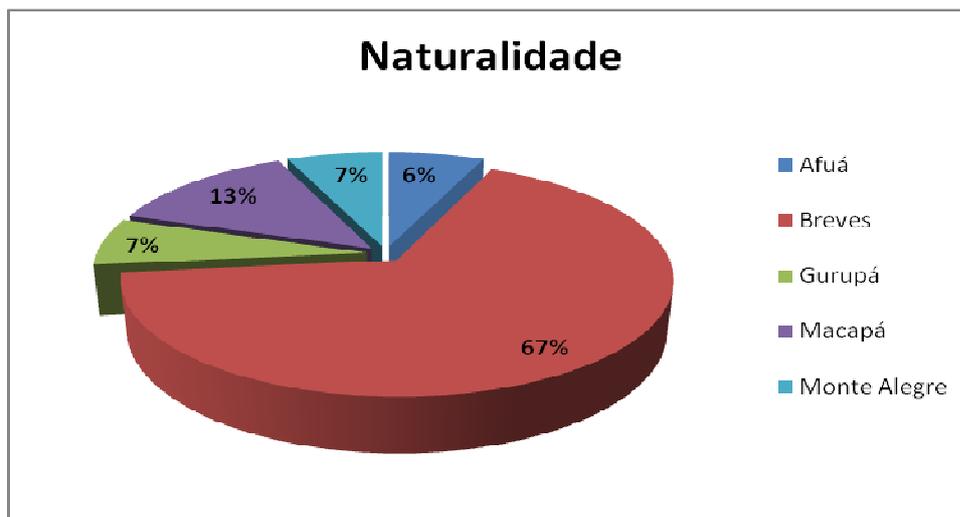
Sendo relevante esclarecer, também, que além desses trabalhadores que prestam serviços em forma de diária para as estâncias, há muitos outros trabalhadores que tiram sua renda cotidiana através do aluguel de sua força de trabalho, sejam eles carregadores, transportadores, entre outros.

### **3.3. Análise de dados relacionados aos empreendedores e fornecedores**

Dando continuidade a análise dos dados, agora, no que diz respeito aos empreendedores do Canal das Pedrinhas, foi identificado a prevalência de pessoas com faixa etária variante entre 18 e 40 anos (sendo que os mais novos já herdaram a prática da atividade dos pais). Quanto à naturalidade, evidenciou-se que 67% do total dos entrevistados são naturais do município de Breves/PA (o que justifica o desenvolvimento do trabalho-campo realizado no mesmo), seguido pelo município de Macapá com 13% e, subseqüentemente, pelos municípios de Monte Alegre/PA, Afuá/PA e Gurupá/PA, responsáveis proporcionalmente pelos 20% restantes, conforme pode ser observado na tabela e gráfico abaixo.

**Tabela 3: Naturalidade dos trabalhadores entrevistados**

<b>MUNICÍPIO DE ORIGEM</b>	<b>Nº DE ENTREVISTADOS</b>
Afuá	1
Breves	10
Gurupá	1
Macapá	2
Monte Alegre	1



**Gráfico 3: Naturalidade.**

Quando indagados sobre o que os motivou a atuar em tal atividade, verificou-se que a hereditariedade corresponde a um fator preponderante, representando 67%; tendo a necessidade financeira, em virtude de se tratar de uma atividade rentável, correspondendo aos 33% restantes. Com esses dados fica perceptível a importância que a atividade madeireira possui para muitas famílias, conforme observado em pesquisa, há um grande número de pessoas que crescem no desenvolvimento de tal atividade. E ainda quando questionados se estavam satisfeitos economicamente com a atividade, 80% responderam que sim, e 20% disseram que estavam razoavelmente satisfeitos, não sendo observada nenhuma insatisfação com a presente atividade, conforme pode ser observado no gráfico 4.



**Gráfico 4: Motivo da atuação na área.**

**Tabela 4: Se a atividade é economicamente viável**

ATIVIDADE ECONOMICAMENTE VIÁVEL	Nº DE ENTREVISTADOS
Sim	12
Não	0
Razoavelmente	3



**Gráfico 5: Satisfação econômica.**

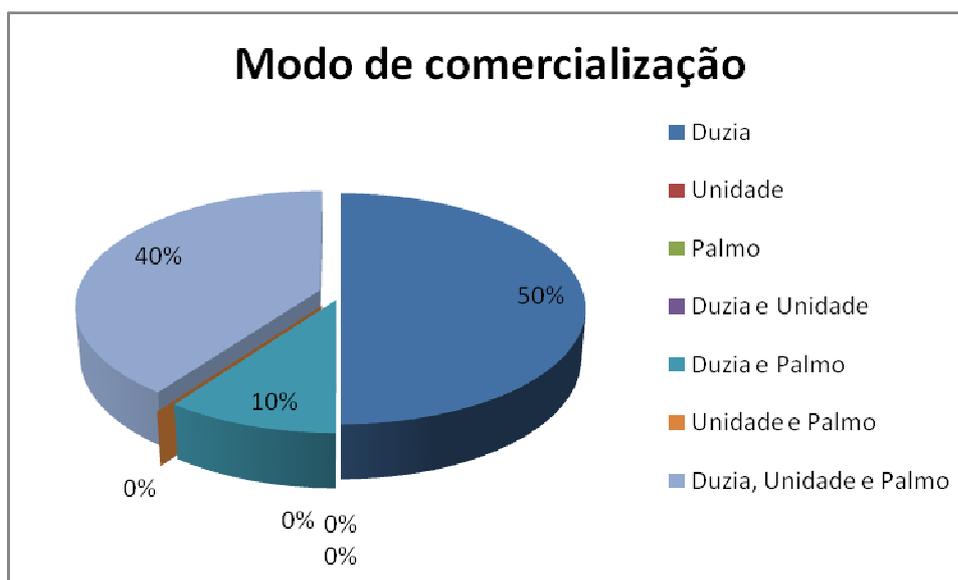
Com relação aos dados obtidos com a pesquisa realizada com os fornecedores de madeira para a área foco do presente trabalho, foi constatado que se trata de pessoas, em sua maioria, também, oriundas do município de Breves, seguido por Afuá, Anajás, Portel e Gurupá<sup>20</sup>, que fornecem madeira (originárias dos respectivos municípios) para as Pedrinhas já há algum tempo, sendo que apenas 20% afirmam vender sob encomenda, todavia, o restante correspondente a 80% não possuem compradores certos. Com isso vêm com sua mercadoria na esperança de haver uma respectiva procura pelo seu produto, ficando ancorado até por semanas no porto das Pedrinhas. Em relação à escolaridade dos mesmos, há prevalência de pessoas que possuem apenas o ensino fundamental incompleto, totalizando 80% somados a 10% não escolarizados e a outros 10% com o ensino médio completo.

Apesar de, em 80% dos casos entrevistados, “não haver” compra sobre encomenda, para esses fornecedores, a atividade se configura como satisfatória economicamente, através de uma comercialização realizada de acordo com a negociação com os empreendedores, podendo ser:

<sup>20</sup> Vale ressaltar que só estão descritos os municípios relacionados aos fornecedores pesquisados.

**Tabela 5: Sobre a forma de comercialização**

<b>COMERCIALIZAÇÃO</b>	<b>Nº DE ENTREVISTADOS</b>
Dúzia	5
Unidade	0
Palmo	0
Dúzia e Unidade	0
Dúzia e Palmo	1
Unidade e Palmo	0
Dúzia, Unidade e Palmo	4



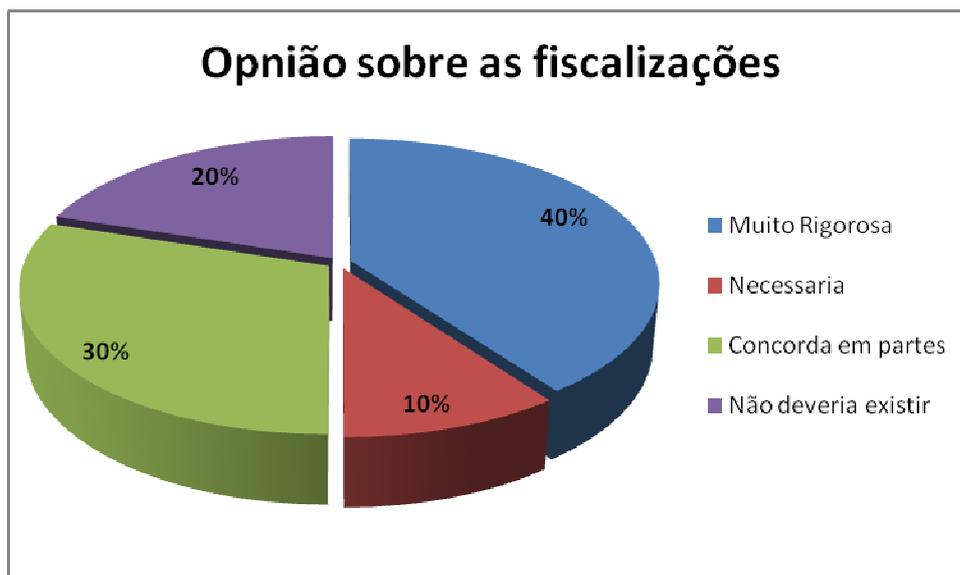
**Gráfico 6: Modo de comercialização.**

Com relação às fiscalizações efetuadas pelos órgãos de proteção ambiental, verificamos que 40% dos fornecedores (barqueiros) consideram muito rigorosas, enquanto que 30% concordam em parte; já no que se refere aos empreendedores, 33% as julgam muito rigorosas e 40% concordam em parte. Conforme observado abaixo:

**Fornecedores:**

**Tabela 6: Opinião dos fornecedores sobre as fiscalizações**

<b>SOBRE AS FISCALIZAÇÕES</b>	<b>Nº DE ENTREVISTADOS</b>
Muito Rigorosa	4
Necessária	1
Concorda em partes	3
Não deveria existir	2

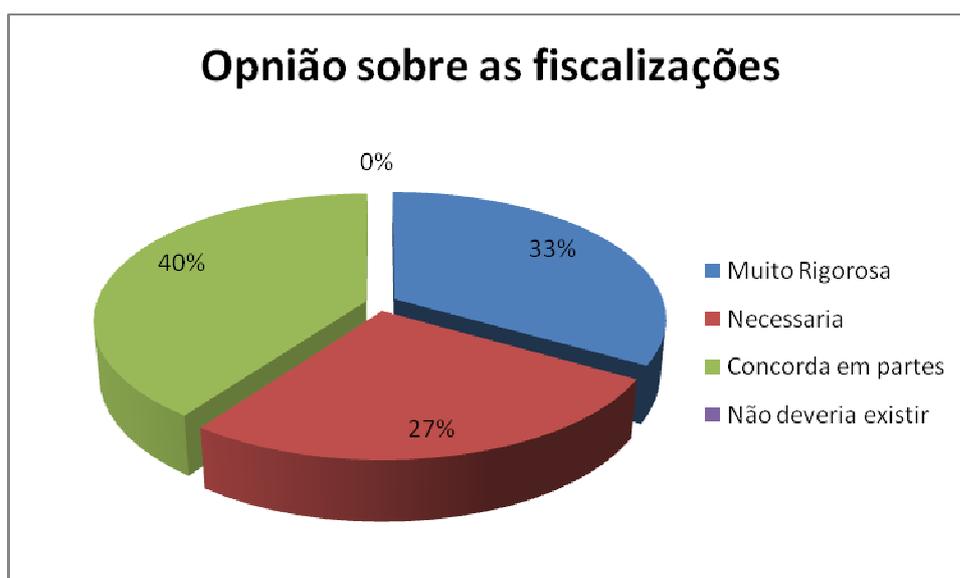


**Gráfico 7: Opinião dos fornecedores sobre as fiscalizações.**

### Empreendedores:

**Tabela 7: Opinião dos empreendedores sobre as fiscalizações**

<b>SOBRE AS FISCALIZAÇÕES</b>	<b>Nº DE ENTREVISTADOS</b>
Muito Rigorosa	5
Necessária	4
Concorda em partes	6
Não deveria existir	0



**Gráfico 8: opinião dos empreendedores.**

Com o exposto, podemos compreender a dinâmica social deste local, analisando as diferentes formas de relações sociais perpassando pelo cotidiano dos

moradores influenciados pela prática extrativista que se tornou símbolo de povoamento dessa região e que suscitou interesse de buscar respostas a nossas inquietações acadêmicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, através do esforço científico, desvenda, caracteriza e contextualiza de forma sintética o processo de desenvolvimento capitalista na Amazônia, particularizando a atividade econômica baseada na comercialização madeireira, tendo como área foco de análise o Canal das Pedrinhas, relevante ponto comercial de Macapá, entendendo a realidade econômica de uma região rica e exuberante, examinando de forma criteriosa uma prática extrativista muito importante tanto quanto controversa, porém pouco discutida e que na contemporaneidade faz-se necessário torná-la fruto de intensos debates.

No decorrer deste, constata-se que a cultura madeireira está arraigada à própria cultura cabocla amazônica, muito mais que uma simples atividade econômica, o extrativismo da madeira é essencial aos “homens da floresta” como forma do seu próprio existencialismo, sendo intrínseco o orgulho de exercer uma prática que é transmitida tradicionalmente de geração para geração e que dadas as devidas proporções sempre se manteve como um alicerce econômico desta região e que hodiernamente passa por alterações inerentes ao processo de desenvolvimento capitalista, baseadas no embate que a cada dia se torna mais visível entre o meio ambiente e a economia.

A esse respeito, Buarque comenta:

“A sobrevivência de cada indivíduo de qualquer espécie biológica se dá por uma simbiose direta com a natureza através do processo de alimentação”.

E completa,

No caso das sociedades humanas, duas diferenças ocorrem, desde seus sistemas primitivos. A primeira é que, em vez de apropriar-se simbioticamente da natureza, o homem usa elementos intermediários, sob a forma de ferramentas exossomáticas. Os próprios objetos do consumo deixam de ser parte do natural, nas formas como se encontram na natureza, e tornam-se elementos diferenciados, como produtos de uma atividade específica de produção, o trabalho. Surgem assim os bens econômicos, como elementos não naturais da natureza. A segunda diferença é que

graças ao uso desses instrumentos e à cooperação social entre os indivíduos os homens passaram a reduzir o tempo necessário à luta pela sobrevivência; conquistaram tempo livre, dedicando ao exercício de atividades culturais e ao desenvolvimento de novas ferramentas que permitem maior inferência e conquista de mais tempo livre. Desta característica do processo humano surge o problema ecológico, uma vez que o homem se vê, e a seus produtos, como elementos à parte do resto da natureza. (BUARQUE, 1990, p. 111)

Assim, devido ao intenso procedimento de pressão antrópica ao meio natural, aumentam-se as preocupações com a natureza, embora banalizadas ao patamar de modismo, pois hoje é politicamente correto e bastante bonito o discurso ambientalista, comumente simbolizado nas frases de anti-aquecimento global, é necessário enfrentar esta problemática com seriedade e maturidade sem protelação, porque no ritmo em que a exploração capitalista se encontra os patrimônios naturais estão seriamente ameaçados, esta análise corrobora com o pensamento de Filocreão,

Um outro aspecto importante do capitalismo, que afetará o destino da economia extrativista, é o processo cruel de destruição dos recursos naturais renováveis, e não-renováveis que se desencadeou no movimento global de valorização do capital, com prejuízos ao meio ambiente, como questões do efeito estufa e da destruição da camada de ozônio. Isto, ao colocar em risco a própria sobrevivência da humanidade, provocou uma forte relação de vários setores sociais [...] buscando um método de desenvolvimento não-poluente e não-predatório. Advém daí o conceito fortemente debatido nos dias atuais, de 'desenvolvimento sustentável'. (FILOCREÃO, 2002, p. 148)

Diante desse quadro, embora haja uma crescente conscientização de que o esgotamento dos recursos naturais não se trata de uma simples utopia ou pessimismo exagerado, há os que defendem que os impactos à natureza são o justo preço do progresso, do desenvolvimento. No entanto, a pergunta que se faz pertinente é o progresso de quem? Desenvolvimento para quem? Na verdade a ânsia por lucratividade e satisfação econômica afetam de forma significativa a racionalidade humana, transformando valores culturais em costumes relegados a um patamar inferior.

Nesse sentido, ao examinarmos a indústria madeireira constatamos que esta padece deste mal, que é a pugna entre desenvolvimento capitalista e a natureza, porém, com muito esforço e boa vontade pode se adequar esta relação a um nível satisfatório para ambas as partes, com esse intuito é que surge o advento de processos de fiscalizações por órgãos governamentais, que visam regular a

extração dos recursos naturais, no entanto, os grandes madeireiros criam subterfúgios para burlar tais regulações. Assim, partindo dessa premissa, passamos a entender os critérios que caracterizam a prática madeireira como irregular, ou seja, no estudo em que empreendemos a partir da observação da comercialização no Canal das Pedrinhas, verificamos que a ilegalidade advém desde a extração das toras até a sua chegada, já beneficiada sob a forma de tábuas, pernamancas, flexais, esteios, etc., ao consumidor final.

Diante dessa conjuntura, três elementos primordiais classificam a ilicitude desta prática extrativista, o primeiro trata-se da ausência do título de posse de propriedade (terra), sem esta documentação legal não se pode exercer o plano de manejo e, por conseguinte, torna-se impossível adquirir o documento de origem florestal (DOF), concedido pelo IBAMA, que legitima a atividade extrativista. Sendo assim, o comércio nas Pedrinhas torna-se irregular, não por conta do funcionamento de seus estabelecimentos ou outro afim, e sim devido a procedência de seus produtos – que ao longo deste verificou-se ser originários, quase que em sua totalidade, das ilhas paraenses – que como especificamos, não obedecem a regulação ambiental. Tomamos como base para tal constatação, informações concedidas pelo IBAMA/AP, juntamente com o IBAMA/PA e ratificadas através de pesquisa de campo realizada no município de Breves/PA, entre outros o principal abastecedor de mercadorias para as Pedrinhas.

Logo, como já supramencionado, urge a necessidade de criar mecanismos que tornem positivo o ciclo de exploração madeireira, como uma ação conjunta entre os estados amazônicos, desenvolvida através de procedimentos referentes, principalmente, à regularização fundiária, destacando, fundamentalmente, uma cooperação técnica entre o Estado do Amapá e o vizinho Pará, pois como exposto acima, os principais fornecedores de madeira para o Canal das Pedrinhas são as ilhas ribeirinhas pertencentes a municípios paraenses, então, podemos afirmar que essa problemática socioambiental inicia-se em um estado e se desenvolve em outro, tornando-se, conseqüentemente, uma preocupação interregional. E, por isso, com união deles haveria um maior controle sobre os recursos naturais dificultando, dessa forma o acelerado fluxo do desmatamento.

Portanto, temos ciência de que levará muito tempo para haver uma mudança de mentalidade em relação à questão ambiental, apesar de os debates estarem em plena efervescência, o pensamento político-ideológico dominante ainda prevalece ao interesse coletivo, entretanto, queremos com este apresentar alternativas que contribuam para minimizar essa problemática.

Esperamos que outros estudos, com base neste, possam somar na busca de um entendimento que alie crescimento econômico, equilíbrio ecológico com equidade social, preceitos concebidos pelo Desenvolvimento Sustentável. Devemos, todavia, nos ater para discutir essa teoria não só pelo âmbito das fiscalizações, o que acarretaria na criação de legislações frágeis, pois quanto mais se aperta o cerco, mais o indivíduo cria mecanismos para burlar as regulações legais e se pensarmos somente por este prisma, acabaremos por excluir fatores preponderantes para uma análise sistêmica acerca do debate. Então discutir sustentabilidade na Amazônia é discutir preservação ambiental aliada a valores culturais e ao bem estar de seu povo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Paulo; BARRETO, Paulo; VERÍSSIMO, Adalberto; VIDAL, Edson. **Floresta para Sempre**: um manual para produção de madeira na Amazônia. Belém: Imazon, 1998.

BARRETO, Paulo et al. **Pressão humana na floresta amazônica brasileira**. Belém: WRI; Imazon, 2005.

BARROS, Ana Cristina; VERÍSSIMO, Adalberto (Eds). **A Expansão Madeireira na Amazônia**: Impactos e perspectivas para o desenvolvimento sustentável no Pará. 2º ed. Belém: Imazon, 2002.

BORGES, Maria Lucia Teixeira; NERY, Jose Reinaldo Cardoso. **Orientações Técnicas Para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos**. Macapá: UNIFAP, 2005.

BUARQUE, Cristovam. **A Desordem do Progresso**: o fim da era dos economistas e a construção do futuro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

CAVALCANTE, Clovis (org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. 4 ed.- São Paulo:Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

**Desmatamento na Amazônia.** Disponível em [http://www.obt.inpe.br/prodes/prodes\\_1988\\_2008.htm](http://www.obt.inpe.br/prodes/prodes_1988_2008.htm). Acesso em 21 de Setembro de 2009.

DIEGUES, Antonio Carlos. **A dinâmica social do desmatamento na Amazônia; populações e modos de vida em Rondônia e Sudeste do Pará**. São Paulo; UNRISD/NUPAB – Universidade de São Paulo, SP, 1993.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 1º ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemoel (Org). **Contra Discurso do Desenvolvimento sustentável**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2003.

FILOCREÃO, Antonio Sergio Monteiro. **Extrativismo e Capitalismo na Amazônia**: a manutenção, e funcionamento e a reprodução da economia extrativista do sul do Amapá. Macapá: Secretaria do Estado do Meio Ambiente, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: ATLAS, 2002.

INCÃO, Maria Angela d'; SILVEIRA, Isolda Maciel da (Org.). **Amazônia e a crise da modernização**. 2. ed. Belém: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/UFPA, 2009.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 4º ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

LENTINI, Marco; VERÍSSIMO, Adalberto e PEREIRA, Denys. **A Expansão Madeireira na Amazônia**. O Estado da Amazônia, nº 2. Belém-Brasil: Imazon, 2005.

LUI, Gabriel Henrique; MOLINA, Silvia Maria Guerra. **Evolução da Organização Social e Impactos da Ocupação Humana na Amazônia Brasileira**. Disponível em <<http://www.cori.unicamp.br/CT2006/trabalhos/EVOLUcaO%20DA%20ORGANIZAcA O%20SOCIAL.doc>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2009.

LUSTOSA, Maria Cecília; MAY, Pete H.; VINHA, Valéria da (org.). **Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

MARGULIS, S. **Causas do Desmatamento da Amazônia Brasileira**. Banco Mundial, 1º ed. Brasília, DF, 2003.

MARTIN, Gabriela. **A Amazônia na Pré-História**. Disponível em: <[http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./natural/index.html&contedo=./natural/artigos/amazonia\\_prehistoria.html](http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./natural/index.html&contedo=./natural/artigos/amazonia_prehistoria.html)>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2009.

MARX, Karl. **O capital, crítica da economia política**: Vol. 1. Livro 1. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. **Para Uma Crítica da Economia Política**. Disponível em <[http://www.unioeste.br/projetos/histedbropr/bibliografia/critica\\_economia\\_politica.pdf](http://www.unioeste.br/projetos/histedbropr/bibliografia/critica_economia_politica.pdf)>. Acesso em 25 de setembro de 2009.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PICOLI, Fiorelo. **O Capital e a Devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PLEKHÂNOV, Guiorgui. **A concepção materialista da história: da filosofia da história, da concepção materialista da história, o papel do indivíduo na história**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

RANKIN, J. M. **Forestry in the Brazilian Amazon**. In: PRANCE, G. T., LOVEJOYK, T. E. (Eds) *Amazonia, key environmental series*. Oxford: Pergamon Press, 1985. p. 369-92.

ROSÁRIO, Ubiratan. **Breves a capital das ilhas**: um estudo de cultura local no Marajó. Breves – PA: Universidade Federal do Pará [Campus Universitário de breves], 2001.

STALIN, J. **Materialismo Dialético e Materialismo Histórico**. 4. Ed. São Paulo: Global, 1987.

VERÍSSIMO, Adalberto, et al. **O Setor Madeireiro no Amapá**: Situação Atual e Perspectivas para o Desenvolvimento Sustentável. Macapá: Governo do Estado do Amapá & Imazon, 1999.

VIEIRA, Fernando Antonio da C. **Meio Ambiente e Homem**: um olhar marxista. Disponível em [http://www.historiagora.com/dmdocuments/Meio\\_ambiente\\_e\\_homem.pdf](http://www.historiagora.com/dmdocuments/Meio_ambiente_e_homem.pdf). Acesso em 10 de setembro de 2009.

# APÊNDICE

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS EMPREGADOS DA ATIVIDADE MADEIREIRA DO CANAL DAS PEDRINHAS.**

1. NOME: \_\_\_\_\_
2. IDADE: \_\_\_\_\_ anos.
3. ORIGEM/NATURALIDADE: \_\_\_\_\_
4. ESCOLARIDADE:  
( ) Ens. Fundamental Incompleto  
( ) Ens. Fundamental Completo  
( ) Ensino Médio Incompleto  
( ) Ens. Médio Completo  
( ) Ens. Superior Incompleto  
( ) Ens. Superior Completo  
( ) Não Escolarizado
5. HÁ QUANTO TEMPO VOCÊ TRABALHA NESSA ATIVIDADE?  
\_\_\_\_\_
6. VOCÊ POSSUI CARTEIRA ASSINADA?  
SIM  NÃO
7. VOCÊ EXERCE OUTRA PROFISSÃO?  
SIM  NÃO   
7.1. Se **sim** qual? \_\_\_\_\_
8. VOCÊ POSSUI SALÁRIO FIXO?  
SIM  NÃO, é por comissão
9. ESTAIS SATISFEITO EM TRABALHAR COM ESSA ATIVIDADE?  
SIM  NÃO  RAZOALMENTE
10. O QUE VOCÊ ACHA DAS FISCALIZAÇÕES FEITAS PELOS ÓRGÃOS COMPETENTES SOBRE AS MADEIREIRAS?  
( ) Muito rigorosa  
( ) Necessária  
( ) Concorde em Partes  
( ) Não deveria existir

**APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO AO EMPREENDEDOR /  
REVENDEDOR**

1. NOME:

---

2. IDADE: \_\_\_\_\_ anos.

3. ORIGEM/NATURALIDADE:

---

4. ESCOLARIDADE:

( ) Ens. Fundamental Incompleto

( ) Ens. Fundamental Completo

( ) Ensino Médio Incompleto

( ) Ens. Médio Completo

( ) Ens. Superior Incompleto

( ) Ens. Superior Completo

( ) Não Escolarizado

5. HÁ QUANTO TEMPO ATUA NESSA ATIVIDADE?

---

6. QUAL A ORIGEM DESSA MADEIRA?

---

7. QUEM FORNECE A MADEIRA?

---

8. QUANTOS FUNCIONÁRIOS VOCÊ EMPREGA? \_\_\_\_\_ funcionários.

9. QUANTOS POSSUEM CARTEIRA ASSINADA? \_\_\_\_\_ funcionários.

10. COMO É EFETUADA A COMPRA DA MADEIRA? É POR ENCOMENDA?

---

---

11. O QUE O LEVOU A ATUAR NESSA ATIVIDADE?

---

---

12. VOCÊ CONSIDERA ESSA ATIVIDADE ECONOMICAMENTE  
SATISFATÓRIA?

---

---

13. VOCÊ JÁ FOI ABORDADO EM ALGUMA FISCALIZAÇÃO PELOS ÓRGÃOS  
COMPETENTES?

SIM

NÃO

13.1. Se sim quantas vezes? \_\_\_\_\_

**APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS FORNECEDORES DE MADEIRA DO CANAL DAS PEDRINHAS.**

1. NOME:

---

2. IDADE: \_\_\_\_\_ anos.

3. ORIGEM/NATURALIDADE:

---

4. ESCOLARIDADE:

( ) Ens. Fundamental Incompleto

( ) Ens. Fundamental Completo

( ) Ensino Médio Incompleto

( ) Ens. Médio Completo

( ) Ens. Superior Incompleto

( ) Ens. Superior Completo

( ) Não Escolarizado

5. QUAL SUA PROFISSÃO? DESEMPENHA OUTRA? QUAL?

---

---

6. HÁ QUANTO TEMPO ATUA NESSA ATIVIDADE?

---

7. HÁ QUANTO TEMPO VOCÊ FORNECE MADEIRA PARA ÁREA DO CANAL DAS PEDRINHAS?

---

8. QUAL A ORIGEM DE SUA MADEIRA?

---

---

9. VOCÊ POSSUI COMPRADOR CERTO?

SIM

NÃO

10. A VENDA É FEITA SOB ENCOMENDA?

SIM

NÃO

11. VOCÊ POSSUI TRANSPORTE PRÓPRIO PARA ESCOAR A PRODUÇÃO?

SIM

NÃO, existe um sistema paralelo

11.1. Se não qual? \_\_\_\_\_

12. COMO É FEITA A RETIRADA DA MADEIRA?

---

---

13. EXISTE PLANO DE MANEJO?

SIM  NÃO

14. SUA MADEIRA POSSUI DOCUMENTO DE ORIGEM FLORESTAL (DOF)?

SIM  NÃO

15. ESTA ATIVIDADE SATISFAZ SUAS NECESSIDADES?

SIM  NÃO

16. QUANTO EM MÉDIA É SUA RENDA MENSAL?

Menos de um (1) salário mínimo.

Um (1) salário mínimo.

Mais de um (1) salário mínimo.

17. COMO VOCÊ COMERCIALIZA A MADEIRA?

Por dúzia

Unidade

Palmo

18. VOCÊ JÁ FOI ABORDADO EM ALGUMA FISCALIZAÇÃO PELOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS?

SIM  NÃO

18.1. Se sim quantas vezes? \_\_\_\_\_

19. O QUE VOCÊ ACHA DESSAS FISCALIZAÇÕES?

( ) Muito rigorosa

( ) Necessária

( ) Concorde em Partes

( ) Não deveria existir

# **ANEXOS**